



MUNDO
ACADÊMICO

ISSN 1984-7564

MUNDO ACADÊMICO

Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – UNISAM
v. 4 n. 8 julho/dezembro – 2012 - Semestral

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Diretor

Fernando Bom Costalonga

Coordenadora Financeiro

Célia Maria Pertel

Coordenadora de Graduação/Acadêmica

Elen Karla Trés

Coordenadores de Curso

Administração

Sandrelia Cerutti Carminati

Análise Desenvolvimento de Sistemas

Temistocles Alves Rocha

Engenharia de Produção Mecânica/Engenharia Civil/Engenharia Química

Allan Costa Jardim

Pedagogia/Letras

Iosana Aparecida Recla de Jesus

Petróleo e Gás

Elen Karla Trés

Serviço Social

Ana Paula Peçanha

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial

Elen Karla Trés

Iosana Aparecida Recla de Jesus

Eliene Maria Gava Ferrão

Renata Altoé Dadalto

Sandrelia Cerutti Carminati

Tereza Barbosa Rocha

Endereço para correspondência

Rod. Othovarino Duarte, s/nº, Bairro Park Washington,

São Mateus-ES, CEP.: 29930-000

e-mail: oliviad@unisam.edu.br

Capa

Alex Cavalini Pereira

M965 Mundo Acadêmico / Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – v.4, n.8,
2012 – São Mateus:UNISAM, 2012.

Semestral
ISSN 1984-7564

1. Pesquisa acadêmica – periódicos. 2. Gestão. 3. Exatas. I. Faculdade
Norte Capixaba de São Mateus

CDD 001.891
CDU: 001.891(05)

EDITORIAL

A revista científica Mundo acadêmico é uma iniciativa da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus que possibilita a divulgação de artigos e resumos de contribuições relevantes para a comunidade científica das diversas áreas de estudo que abrange a Instituição. Portanto, trata-se de um veículo de publicação acadêmica semestral, cujo público-alvo são professores e alunos de graduação e pós-graduação.

Diante disso, a Instituição almeja que a revista científica Mundo Acadêmico contribua para o fomento contínuo da prática da investigação, e promova o crescimento educacional.

MUNDO ACADÊMICO

SUMÁRIO

ARTIGOS

O custo na produção do pão francês: um estudo de caso na panificadora e lanchonete Markerlly	07
Adegieli Machado Ramalho Elen Karla Trés Josiani Valandro Suellem Palmela Rodrigues	
Desafios da armazenagem de um supermercado: um estudo de caso	20
Andreza Valéria Rocha dos Santos Daiana Pereira dos Santos Danilo Marcos Farias Mota Eliane Barcellos Nunes Évila Serafim Lopes Rênia Costa China de Souza	
A prática do assistente social no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual	31
Bruna Lorena Santos Cristiane da Fonseca Bronzoni Ramonna Boa Cezana Roberta Quartezeni	
Pensando a pobreza por sua historicidade	41
Charles Travezani de Jesus	
Atuação do profissional de serviço social no centro de atendimento socioeducativo ao adolescente em São Mateus-ES	53
Cristiane da Fonseca Bronzoni Fernanda Harkbart Martins Milena Machado Queiroz Pablo Sant'Ana Cardozo	
A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho	62
Josete Pertel Maria Ocidelma Lopes Gonçalves Marizete Zanelato Vera Lucia Chippe Fidelis	
Políticas de nacionalização nas escolas de imigrantes no Estado do Espírito Santo na República	74
Rosiane Morais dos Santos Márcia Helena Siervi Manso	

O CUSTO NA PRODUÇÃO DO PÃO FRANCÊS: UM ESTUDO DE CASO NA PANIFICADORA E LANCHONETE MAKERLLY

Adegieli Machado Ramalho¹
Elen Karla Trés²
Josiani Valandro³
Suellem Palmela Rodrigues⁴

RESUMO

A preocupação em saber o real valor de custo em um determinado produto tem sido de fundamental importância para qualquer proprietário identificar se está tendo lucro ou prejuízo na comercialização de seu produto. Podendo assim utilizar este fator como uma vantagem competitiva em relação as outras empresas do mesmo ramo e principalmente estar ciente que poderá cumprir com suas obrigações financeiras. Diante dessa realidade, buscou-se desenvolver este trabalho que tem com objetivo identificar se o preço do Pão Francês na Panificadora e Lanchonete Makerlly, na cidade de São Mateus-ES, está suprimindo o custo da sua fabricação, através de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso para certificar-se dos resultados. Para coletar os dados necessários foi feita uma observação durante a fabricação do Pão Francês para identificar quais as matérias-primas são utilizadas na produção. Em seguida foi realizada uma entrevista com o proprietário da empresa para identificarmos o valor da matéria-prima utilizada. Os estudos comprovaram que o preço praticado pelo proprietário é o suficiente para suprir suas despesas e obter lucro.

Palavras-chave: Custo; Lucro; Vantagem Competitiva.

ABSTRACT

The concern to know the real cost value in a particular product has been of fundamental importance to identify if any owner is making a profit or loss on the sale of your product. Can still use this factor as a competitive advantage over other companies in the same industry and especially be aware that you can meet their financial obligations. Given this reality, we sought to develop this work has the objective to identify if the price of French Bread the Bakery and Cafeteria Makerlly, in the city of St. Matthew, is meeting the cost of manufacturing, through a literature search and a case study to make sure of the results. To collect the data required an observation was made during the manufacture of French Bread to identify which materials are used in production. We then carried an interview with business owner to identify the value of the raw material

¹ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

² Graduada em Administração de Empresas pela UNIVEN, especialista em Gestão Empresarial e Didática no ensino superior pela UNIVEN, professora e Coordenadora de Graduação/Acadêmica da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

³ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁴ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

used. The studies showed that the price charged by the owner is enough to meet their expenses and profit.

Keywords: Cost; Profit; Competitive Advantage.

1 INTRODUÇÃO

Toda organização que trabalha com produção deve saber qual o real custo para se obter um produto pronto para comercialização. Pois se o custo não for bem calculado e a empresa estipular um valor com base em outros comércios do mesmo ramo, estará exposto a possíveis prejuízos, não conseguindo distinguir quais são os valores do seu custo, lucro ou prejuízo, trazendo consequências gravíssimas a sua organização ou até mesmo a extinção da mesma.

Sabe-se que o que move uma empresa é a obtenção de lucros, por isso a importância do mesmo. Isso demonstra a necessidade da observação dos gestores em relação ao custo, somando ao seu lucro, chegando assim, a um preço de venda, onde poderão honrar com suas obrigações financeiras e obter lucros favoráveis para a organização.

Uma empresa que pretende permanecer competitiva deve fabricar produtos de qualidade e que custe um preço mais baixo a seus clientes, já que serão eles que avaliarão o produto final (PAULO; PEIXOTO e VITAL, 2010, p. 11). E para a empresa oferecer estes produtos a preços acessíveis deverá saber absolutamente o seu real custo.

Sabendo que o custo real no processo produtivo pode trazer benefícios para a empresa, será analisado o processo de produção do pão francês na panificadora e lanchonete Makerlly, com o objetivo de calcular o valor da matéria-prima utilizada na fabricação desse produto e saber se o seu custo é maior, igual ou menor em relação ao seu preço de venda.

Com o intuito de tornar visível na prática e conseqüentemente possibilitar um maior entendimento desse assunto, este trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual o custo no processo de produção do pão francês na panificadora e lanchonete Makerlly?**

Para proporcionar melhor entendimento em relação ao problema a pesquisa tem os seguintes objetivos específicos:

- Identificar quais os produtos são utilizados na fabricação do pão francês;
- Identificar os custos diretos e indiretos utilizados na fabricação do pão francês;
- Ratear os custos ao produto;
- Identificar o custo final do produto;
- Identificar o preço de venda;
- Observar se o valor de venda utilizado pela empresa está suprimindo seu valor da produção.

O artigo está organizado em 6 partes. Na parte 1, foi desenvolvida uma introdução do artigo abordando o problema, objetivos específicos e hipóteses que serão respondidos através do estudo de caso. Na parte 2 é feita uma abordagem da sustentação teórica dos principais assuntos relacionados aos custos e preço de venda. Na parte 3, são relatados os aspectos metodológicos da pesquisa. Na parte 4, aborda-se o histórico da empresa em estudo. Na parte 5, são apresentadas e analisadas as informações coletadas. Por fim, na parte 6, são relatadas as considerações finais embasadas nos principais pontos enfocados no artigo que mostram o real custo do pão francês na panificadora e lanchonete Makerlly.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO

Segundo Chiavenato (2010, p. 486), a organização “é um sistema aberto em interação constante com seu ambiente”. Mais do que isso, a organização é um sistema sociotécnico estruturado sobre dois subsistemas:

- **Subsistema Técnico.** Que compreende as tarefas a serem desempenhadas, as instalações físicas, os equipamentos e instrumentos utilizados, as exigências da tarefa, as utilidades e técnicas operacionais, o ambiente físico e a maneira como esta é arranjado, bem como a operação das tarefas. Em resumo, o subsistema técnico envolve a tecnologia, o território e o tempo. É o responsável pela eficiência potencial da organização.
- **Subsistema Social.** Que Compreende as pessoas, suas características físicas e psicológicas, as relações sociais entre os indivíduos encarregados de execução da tarefa, bem como as exigências das organizações formal e informal na situação de trabalho. O subsistema social transforma a eficiência potencial em eficiência real.

A organização é um sistema criado pelo homem e mantém uma dinâmica interação com seu meio ambiente, sejam clientes, fornecedores, concorrentes, entidades sindicais, órgãos governamentais e outros agentes externos (CHIAVENATO, 2010, p. 479)

Uma organização é mantida pela realização de suas tarefas, para se obter resultados e com isso seu lucro. As organizações sobrevivem enquanto forem capazes de comprar matéria-prima e transformá-las em produtos e serviços acabados e terem demanda suficiente para sua sobrevivência.

Uma estrutura organizacional só existe quando há pessoas dispostas a contribuir com atividades conjuntas a fim de alcançarem os objetivos desejados pela empresa.

Uma organização não se mantém somente por fatores internos. Os fatores externos como impostos, inflação ou até mesmo o aumento de produtos utilizados pela organização podem influenciar no seu processo de produção ou até mesmo em toda sua estrutura podendo assim alterar diferentes departamentos.

2.2 COMPETITIVIDADE

Vantagens das empresas estabelecidas, independente de tamanho, qualquer que seja seu porte, as empresas estabelecidas podem contar com vantagens de custo ou de qualidade não acessíveis às possíveis adversárias. De acordo com Porter (2004), esses benefícios podem decorrer de fontes como tecnologia exclusiva, acesso preferencial aos melhores fornecedores de matérias-primas, privilégio de aquisição de áreas geográficas mais favoráveis, marcas tradicionais e experiência acumulada que facilita o aprendizado e como produzir com mais eficiência.

A força da rivalidade reflete não só a intensidade, mas também as bases da competição. As dimensões em que se desenvolve a competição e a intensidade com que os rivais convergem para as mesmas dimensões exercem grande influência sobre a lucratividade.

Para Porter (2004), a rivalidade é especialmente danosa para a lucratividade se ela girar, sobretudo em torno do preço, pois as guerras de preços transferem lucros diretamente do setor para os clientes. As reduções de preços são percebidas e acompanhadas com facilidade pelos concorrentes, tendendo a promover sucessivas rodadas de retaliação. As guerras de preços duradouras também induzem os clientes a prestar menos atenção aos atributos e aos serviços inerentes aos produtos.

A competição de preço será mais provável se:

- Os produtos ou serviços dos rivais forem quase idênticos e os clientes estiverem sujeitos a baixos custos de mudança, estimulando os concorrentes a cortar preços para conquistar novos clientes.
- Os custos fixos forem altos e os custos marginais forem baixos, situação que cria intensa pressão sobre os concorrentes, no sentido de reduzirem os preços para níveis inferiores aos custos médios ou até próximos aos custos marginais, a fim roubar novos clientes dos rivais, enquanto ainda garantem alguma contribuição para cobertura dos custos fixos. Muitas empresas de materiais básicos, como papel e alumínio, enfrentam esse problema, principalmente se a demanda não estiver crescendo. O mesmo ocorre com empresas de entregas expressas, com redes fixas de rotas a serem percorridas, independentemente do volume.
- Se houver necessidade de grandes aumentos de capacidades para garantir a eficiência. A necessidade de grandes expansões da capacidade, como no negócio de policloreto de vinila, rompe o equilíbrio entre oferta e demanda e não raro redundam em longos períodos recorrentes de excesso de capacidade e de cortes de preços.
- Se o produto for perecível. A perecibilidade gera forte estímulo às reduções de preços e a venda dos produtos enquanto ainda tiver valor (PORTER, 2004)

Uma das opções de competitividade do mercado pode estar no preço diferenciado entre lojas do mesmo ramo, que acabam com isso deixando seus valores muito baixos podendo assim afetar o lucro da empresa, talvez com isso nem consiga pagar seus custos fixos. Por isso é necessário que estas empresas estabeleçam um valor padrão para que ambas consiga permanecer com suas atividades no mercado.

Os clientes serão sensíveis ao preço se a qualidade de seus produtos ou serviços for pouco afetada pelos insumos fornecidos pelo setor. Quando os produtos e serviços forem de qualidade os clientes tendem a serem menos sensíveis aos preços.

2.3 CUSTOS

Segundo Carneiro (2009), atualmente com a globalização e mudanças constantes em todo o mercado, seja na legislação brasileira e internacional ou na capacidade financeira das organizações, os clientes estão cada vez mais exigentes, buscando por produtos e serviços com alta qualidade e preços acessíveis.

Tendo em vista que a contabilidade de custos surgiu com a Revolução Industrial, em meados do século XVII e que inicialmente era utilizada somente para fins comerciais, percebe-se a grande mudança e crescimento da importância da mesma, em todas as atividades que visam à geração de riqueza para a sociedade.

A globalização veio obrigar as empresas a criarem novos sistemas de custeio para responder aos novos desafios que se apresentavam. Logo, as diversas mudanças de ambientes, levaram o desaparecimento dos sistemas de custeio tradicionais, concebidos em outras épocas para dar respostas aos problemas e situações diferentes, oriundos naquele momento. Com todas essas mudanças, faz-se necessário o uso de ferramentas que possibilitem apurar informações relativas ao custo de fabricação de produtos e serviços oferecidos pelas organizações, para alcançar o sucesso no mercado.

Chega-se então no ponto de pensar realmente se essas ferramentas usadas para os muitos cálculos sobre custos e rentabilidade dos produtos, nos são úteis para que seja criada vantagem competitiva no mercado ou somente são burocracias impostas e que devem ser seguidas pelas organizações.

No quesito vantagem competitiva e obtenção de lucros, deve-se investir em bases mais sólidas e eficazes, para que se obtenha maior clareza e credibilidade nas informações. Afinal, investidores, compradores e acionistas se valem de informações gerenciais para saber até quando investir e se o mesmo terá o retorno esperado.

De fato, essa competitividade acentua ainda mais a necessidade de se ter uma gestão de custos, visando obtenção de excelência empresarial. Carneiro (2009) afirma que são esses custos que geralmente são mal calculados e mal incorporados aos produtos, afetando profundamente a empresa, independente de porte, ramo e mercado atuante.

Hoje, novas formas de produção de bens e serviços surgem a cada dia, com novas tecnologias, necessitando de métodos de gerenciamento avançados. Assim, os custos e despesas indiretas passaram a assumir um valor crescente em relação aos demais custos e a dificuldade em distribuí-los aos objetos inviabilizou a forma tradicional de custeio. (CARNEIRO, 2009).

Segundo Leone (2010), custos são medidas monetárias resultantes da aplicação de bens e serviços na produção de outros bens e serviços durante o processo de fabricação.

Assim, observa-se que custo é um conceito ligado diretamente ao processo produtivo, sendo que qualquer gasto não relacionado à produção não é considerado custo, custo e despesa, distinguem-se pela sua natureza, a forma como será alocado o recurso e a finalidade proposta. Objeto de sistematização por parte da Contabilidade de Custos, frequentemente confundido por leigos com o conceito de despesa, pode receber as seguintes categorias analíticas:

- Custos Diretos: são os custos suscetíveis de serem identificados com os bens ou serviços resultantes, ou seja, têm parcelas definidas apropriadas a cada unidade ou lote produzido. Geralmente são representados por mão de obra direta e pelas matérias primas.
- Custos Indiretos: todos os outros custos que dependem da adoção de algum critério de rateio para sua atribuição à produção.
- Custos Variáveis: são custos que, em bases unitárias possuem um valor que não se altera com alterações nas quantidades produzidas, porém, cujos valores totais variam em relação direta com a variação das quantidades produzidas.
- Custos Fixos: são custos que, embora tenha um valor total que não se altera com a variação da quantidade de bens ou serviços produzidos, seu valor unitário se altera de forma inversamente proporcional à alteração da quantidade produzida.

Para Martins (2008), custos é uma relação de materiais diretos e indiretos envolvidos numa organização na produção de produtos ou serviços. É um fator determinante para obtenção do preço final, adquirindo assim o seu lucro.

2.4 RATEIO

Há sempre e unicamente dois caminhos para os gastos: ou são atribuídos aos produtos, por meio de apuração do custo unitário deles, ou são contabilizados como despesas do período, sem qualquer preocupação de atribuição a determinado produto ou serviço (PADOVEZE, 2006, p. 147). Para isso é necessário a utilização do rateio que tem como função alocar os custos dos produtos e serviços realizados em cada atividade atingindo assim seu custo unitário. De acordo com Martins (2010) o rateio é a distribuição proporcional dos custos pelos recursos envolvidos.

As bases de rateio mais comuns são as seguintes:

- Rateio Tradicional: Dentro do rateio tradicional é utilizado o custeio por absorção e o variável dentre eles percebe-se que suas maiores diferenças estejam na utilização do rateio e na consideração dos custos, pois o rateio só é praticado pelo custeio de absorção o qual considera todos os custos envolvidos na fabricação, enquanto o variável só considera os custos variáveis. Segundo Padoveze (2006, p. 148) o de absorção é onde todos os gastos da área industrial devem fazer parte da apuração do custo unitário dos bens e serviços, não computando os gastos administrativos comerciais e financeiros, que serão tratados como despesas periódicas. Horngren, Foster e Datar (2000, p. 211) afirmam que custeio por absorção “é o método de custeio de estoque em que todos os custos, variáveis e fixos, são considerados custos inventariáveis. Quanto ao critério de custeio variável, Leone (2010, p. 320)

fundamenta-se “na idéia de que os custos e as despesas que devem ser inventariáveis (debitadas aos produtos em processamento e acabados) serão apenas aqueles diretamente identificados com a atividade produtiva e que sejam variáveis em relação a uma medida (referência, base, volume) dessa atividade”. Os autores ainda afirmam que o custeio variável “é o método de custeio de estoque em que todos os custos de fabricação variáveis são considerados custos inventariáveis. Todos os custos de fabricação fixos são excluídos dos custos inventariáveis: eles são custos do período em que ocorreram” (HORNGREN, FOSTER E DATAR, 2000, p. 211).

- Rateio por Departamentalização: Para a contabilidade de custos, departamentalização é o critério mais eficaz para uma racional distribuição dos custos indiretos. Com isso cada departamento pode ser dividido em mais de um centro de custos. Os departamentos são divididos em produção e serviços. Para a apropriação dos custos indiretos dos produtos, é necessário que todos esses custos estejam nos departamentos de produção. É necessário que todos os custos dos departamentos de serviços sejam rateados de tal forma que recaiam sobre os de produção.
- Rateio por ABC. O Custeio baseado em atividades, conhecido com ABC (Activity-Based Costing), é um método que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos. O primeiro passo para custeio ABC é identificar as atividades relevantes dentro de cada departamento. É importante observar que para cada atividade devesse atribuir o respectivo custo e um direcionador. De acordo com Martins (2008), a atribuição de custos às atividades deve ser feita da maneira mais criteriosa possível, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: 1) Alocação Direta: isto se faz quando há uma identificação clara, direta e objetiva de certos itens de custos com certas atividades; 2) Rastreamento: é uma alocação com base na identificação da relação, causa, efeito, entre a ocorrência da atividade e a geração de custos. Essa relação é expressa através de direcionadores de custos de primeiro estágio, também conhecidos como direcionadores de custos e recursos; 3) Rateio: o rateio é realizado quando não há a possibilidade de utilizar nem a alocação direta, nem o rastreamento.

Existem inúmeras críticas ao chamado rateio de custos. Alega-se que os rateios são as principais causas das distorções nos custos dos produtos, e que estas têm provocado inúmeros erros de decisões. As principais razões para as distorções que ocorrem na apuração de custos de produtos e serviços são (NAKAGAWA, 2001):

- Os custos variam basicamente em função do volume de produção;
- Os custos indiretos têm crescido mais em relação aos custos diretos de mão-de-obra;
- Os rateios são praticados com grande dose de arbitrariedade pessoal, prejudicando a precisão dos números relacionados com os custos finais dos produtos.

Ao avaliar esses três fatores percebe-se que existe a possibilidade de haver equívoco na captação de dados e no rateio dos valores. Devido a isso, o profissional responsável deverá estar atento a todo o processo, observando se há alteração em cada fase da produção, realizando assim novo levantamento de dados e realizando novo rateio, com a quantidade a ser fabricada juntamente aos custos relacionados a ela.

3 METODOLOGIA

Para a realização do trabalho adotou-se os três tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa. A princípio a pesquisa exploratória, pois, com ela obteve-se os dados iniciais para o desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa descritiva foi utilizada para observar, registrar e interpretar os dados reais do processo de produção do pão francês. Já a pesquisa explicativa será utilizada para identificar as causas reais e o porquê dos dados obtidos.

A escolha da técnica utilizada na coleta de dados é fundamental para a eficiência da pesquisa e viabilidade dos resultados obtidos. Para isso, utilizou-se como técnica a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Na pesquisa bibliográfica utilizam-se livros, revistas e dados que darão embasamento para as demais fases do trabalho. Com o estudo de caso buscou-se identificar se o custo real é igual, menor ou maior que o preço de venda.

Realizou-se uma pesquisa na panificadora e lanchonete Makerlly. A abordagem foi feita através de observações na produção do pão francês e entrevista com o responsável pela fabricação do pão e o proprietário do estabelecimento.

Após a coleta dos dados os mesmos serão tratados e as informações adquiridas serão apresentadas e analisadas para posterior conclusão e recomendação da pesquisa.

4 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

A empresa Debortoli & Cia Ltda, possuidora do CNPJ: 01.178.951/0001-18 e inscrição estadual de número 081.810.39-3, situa-se na Avenida Oceano Atlântico, nº1456 – Guriri Sul, São Mateus-ES.

Esta organização foi criada em 11 de Abril de 1996, pelo Srº Paulo Roberto Debortoli, atualmente os proprietários são o Srº Gersino Antonio Valandro a Srª Maria Julia Debortoli Valandro. E com esses 15 anos de mercado a empresa de panificação é conhecida no bairro, garantindo assim a obtenção de vários clientes.

A empresa possui uma área de 300 metros quadrados sendo divididos nos setores de produção, vendas e administrativo. Para que esses setores trabalhem em conjunto a padaria conta com o apoio de 12 profissionais nas áreas de confeitaria, padeiros, salgadeiras e atendentes.

Devido esta localizada no litoral, onde pessoas de diversas regiões procuram o Balneário de Guriri em período de férias e feriados, a empresa tem um aumento das vendas e conseqüentemente obtém mais lucro. A sua missão é trabalhar para atender bem seus clientes oferecendo um produto de qualidade e um preço acessível.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Realizou-se uma pesquisa no setor produtivo e administrativo da Panificadora e lanchonete Markelly de São Mateus, com o objetivo de identificar o custo necessário para a produção do Pão Francês. Os dados coletados foram adquiridos através de observação e a aplicação de um questionário direcionado à produção e ao administrador.

Com a pesquisa direcionada ao setor de produção apurou-se quais os produtos são produzidos no mês, o seu rendimento e o tempo necessário para a fabricação dos mesmos, como se observa na tabela abaixo. Foi utilizada a soma do tempo total de todos os produtos como a base para rateio.

Tabela 1: Rendimento e tempo dos produtos fabricados por mês

Pão Frances			
Produtos	Rendimento Mensal	Tempo em Minutos	Percentual
Rosca Amanteigada	10 Kg	240	2,32%
Maluquinho	15 Kg	270	2,61%
Rosca de laranja	2,5 Kg	55	0,53%
Pão de forma	75 Kg	180	1,74%
Pão de cachorro quente	64 Kg	960	9,28%
Pão de doce variado	160 Kg	320	3,09%
Pão de doce pequeno	320 Kg	1440	13,92%
Sonho	160 Unidades	720	6,96%
Marta rocha	80 Unidades	300	2,90%
Pizza	10 Kg	120	1,16%
Pão de alho	10,5 Kg	90	0,87%
Pão de queijo	240 Unidades	120	1,16%
Pão Francês	1500 Kg	4081	39,45%
Torrada	6 Kg	120	1,16%
Farinha de rosca	10 Kg	10	0,10%
Mentira	840 Unidade	560	5,41%
Pão integral	12 Kg	120	1,16%
Pão árabe	14 Kg	180	1,74%
Rosca de leite	5 Kg	60	0,58%
Pão de hambúrguer	80 Kg	160	1,55%
Rosca de cebola	10 Kg	240	2,32%
Total		10346	100,00%

Na entrevista realizada com o proprietário foram identificados os custos indiretos que estão ligados à produção.

Tabela 2: Custos Indiretos do Pão Frances

Custos Indiretos	Valor
Energia	R\$ 1.538,00
Água	R\$ 42,00
Lenha	R\$ 120,00
Salários funcionários	R\$ 1.530,00
Aluguel/Custos de Oportunidade	R\$ 750,00
Material de limpeza	R\$ 60,00

Com base nos dados adquiridos através da entrevista realizada com o proprietário da empresa e o responsável pela produção do pão foi realizado um rateio tradicional, para com isso identificar o real custo do Pão Francês juntos aos produtos realizados pelos mesmos profissionais, no mesmo ambiente.

Tabela 3: Rateio

Produtos	Custos						Total
	Energia	Água	Lenha	Salario	Aluguel	Material de limpeza	
Rosca Amanteigada	35,68	0,97		35,49	17,4	1,39	90,93
Maluquinho	40,14	1,1		39,93	19,57	1,57	102,31
Rosca de laranja	8,18	0,22		8,13	3,99	0,32	20,84
Pão de forma	26,76	0,73		26,62	13,05	1,04	68,2
Pão de cachorro quente	142,71	3,9		141,97	69,59	5,57	363,74
Pão de doce variado	47,57	1,3		47,32	23,2	1,86	121,25
Pão de doce pequeno	214,06	5,84		212,95	104,39	8,35	545,59
Sonho	107,03	2,92		106,48	52,2	4,18	272,81
Marta rocha	44,6	1,22		44,36	21,75	1,74	113,67
Pizza	17,84	0,49		17,75	8,7	0,7	45,48
Pão de alho	13,38	0,37		13,31	6,52	0,52	34,1
Pão de queijo	17,84	0,49		17,75	8,7	0,7	45,48
Pão Frances	606,64	16,57	120	603,51	295,84	23,67	1666,23
Torrada	17,84	0,49		17,75	8,7	0,7	45,48
Farinha de rosca	1,49	0,04		1,48	0,72	0,06	3,79
Mentira	83,25	2,27		82,81	40,6	3,25	212,18
Pão integral	17,84	0,49		17,75	8,7	0,7	45,48
Pão árabe	26,76	0,73		26,62	13,05	1,04	68,2
Rosca de leite	8,92	0,24		8,87	4,35	0,35	22,73
Pão de hambúrguer	23,79	0,65		23,66	11,6	0,93	60,63
Rosca de cebola	35,68	0,97		35,49	17,4	1,39	90,93
Total	R\$ 1.538,00	R\$ 42,00	R\$ 120,00	R\$ 1.530,00	R\$ 750,00	R\$ 60,00	4.040,00

Durante o período de trinta dias a empresa fabrica 77 receitas de Pão Francês que contém os ingredientes e quantidades considerados como custo direto conforme a tabela 4. Que tem como rendimento 1.500 kg de Pão Francês e um custo total de R\$1.789,48.

Com o rateio, concluiu-se que o pão Frances diante dos demais produtos que são fabricados pela panificadora é o que mais tem produção e automaticamente o que possui o custo maior.

Tabela 4: Custo direto

Fabricação de 77 receitas do Pão Frances		
Custos diretos	Quantidade	Preço
Pré-massa	770	R\$ 985,60
Trigo semolado	385	R\$ 508,20
Melhorador	7,7	R\$ 140,91
Sal	8,47	R\$ 8,47
Gordurina	3,85	R\$ 146,30
Total		R\$1.789,48

Para identificar o custo do quilo do Pão Francês foi feita a soma dos custos indiretos e custos diretos utilizados na produção e dividido pela quantidade produzida no mês.

$$1.789,48 + 1.666,23 = 3.455,71 / 1500 = 2,30$$

Sabendo que o preço de venda do Pão Francês é de R\$6,99 kg e que o custo total é R\$2,30 kg, verifica-se que a empresa possui um lucro de R\$4,69 por kg de Pão Francês, e um lucro mensal de (1.500 X 4,69) R\$7.035,00.

6 CONCLUSÃO

Após ser aplicado o instrumento de coleta de dados, as informações obtidas permitiram apresentar as seguintes conclusões referentes à formulação do problema: Qual o custo no processo de produção do Pão Francês na Panificadora e lanchonete Markelly?

Para analisar o que foi proposto no trabalho teve-se como objetivo geral identificar qual o custo necessário para produção do Pão Frances na panificadora e lanchonete Makerlly na cidade de São Mateus-ES. Para tanto, foi separado em quatro objetivos específicos para melhor respondê-lo.

O primeiro objetivo específico concentrou-se em identificar quais os produtos são utilizados na fabricação do Pão Francês. Obteve-se a receita com produto e quantidade utilizada de cada um.

O segundo objetivo específico concentrou-se em identificar os custos diretos e indiretos utilizados na fabricação do Pão Francês, chegando assim à soma dos custos envolvidos na produção.

O terceiro objetivo concentrou-se em ratear os custos ao produto tendo como base o tempo de produção de cada produto fabricados no mês, para com isso alocar os custos indiretos respectivamente a cada produto fabricado na área de produção. O quarto

objetivo concentrou-se em identificar o custo unitário final do produto que com a soma dos custos diretos e indiretos dividido pela quantidade produzida verificou-se que o custo unitário do quilo do Pão Francês é de R\$2,30.

Este trabalho tinha como hipótese que o custo de fabricação do Pão Francês fosse menor que o preço de venda. Diante dos resultados constatou-se que a hipótese é verdadeira. A empresa possui uma margem de lucro de R\$ 4,69 por quilo de Pão Francês vendido.

Com base nos dados coletados na entrevista, e no rateio realizado pode-se identificar que o custo do Pão Francês é menor que o seu preço de venda. Com isso recomendamos que a empresa permaneça com o preço para que a mesma continue obtendo lucro, e em caso de uma necessidade, seja de concorrência ou promoção há possibilidade dela praticar um preço menor, mas que seja superior a R\$2,30.

7 REFERENCIAS

1. ANDRADE, MARIA MARGARIDA; **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7 . ed. São Paulo: Atlas, 2006.
2. CARNEIRO, Karina. **Controle Dos Custos: Uma Vantagem Competitiva No Mercado**. Disponível em: <http://mundocompetitivo.com/2009/05/control-dos-custos-uma-vantagem.html>. Acesso em 15 de setembro de 2011.
3. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2003 .
4. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
5. HORNGREN, C; FOSTER, G; DATAR, S. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
6. LEONE, George S. G.; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
7. MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
8. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010
9. _____. **Contabilidade de custos**. 9ª ed. São Paulo São Paulo. Atlas, 2008
10. NAKAGAWA, M. **ABC: Custeio Baseado em Atividades** (2a ed). Ed. Atlas, Sao Paulo, 2001.

11. PADOVEZE, CLÓVIS LUIZ; **Curso básico gerencial de custo**. 2 . ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.
12. PAULO, Adriana Pereira de S.; PEIXOTO, Eliane A.; VITAL, Juliana Alves de M.. **Desperdício no processo de produção do pão francês estudo de caso: padaria e confeitaria pão nosso de Ecoporanga-es**. Nova Venécia: 2010.
13. PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**: Técnica para análise de indústrias e a concorrência, Rio de Janeiro: Campus, 2004.

DESAFIOS DA ARMAZENAGEM DE UM SUPERMERCADO: UM ESTUDO DE CASO

Andreza Valéria Rocha dos Santos⁵

Daiana Pereira dos Santos⁶

Danilo Marcos Farias Mota⁷

Eliane Barcellos Nunes⁸

Évila Serafim Lopes⁹

Rênia Costa China de Souza¹⁰

RESUMO

A gestão de estoque constitui em um desafio para as empresas inseridas em um cenário competitivo e reflete em importantes ganhos de eficiência, compreende na redução de falhas, custos, aumento da rapidez e confiabilidade nos processos. Este artigo tem como enfoque um estudo sobre a organização e armazenagem de mercadorias. Sabe-se que além da redução de custos e a satisfação dos clientes, uma armazenagem eficiente fornece a centralização/organização de remessas, o que aumenta a visibilidade dos pedidos e garante a captura de informações que não eram identificadas. Dentro do escopo deste artigo, foram realizadas avaliações sobre espaço de armazenagem, localização e tipos de produtos, além do estudo de referências bibliográficas que deram suporte ao conhecimento. O presente trabalho foi realizado em um supermercado que atua no ramo varejista e através de instrumentos como entrevistas e observação analítica evidenciou-se problemas ligados à questão da armazenagem. Assim, propõe-se finalmente uma reorganização do estoque. Como se trata de uma pesquisa de característica quantitativa, foi possível concluir que existem problemas relacionados à movimentação e na armazenagem de produtos.

Palavras – Chave: Estoque. Armazenagem. Organização.

ABSTRACT

The inventory management is a challenge for the companies entered into a competitive landscape and reflected in major efficiency gains and comprises the reduction of failures, cost, increasing speed and reliability processes. This article focuses on a study on the organization and storage of goods. It is known that in addition to cost reduction and customer satisfaction, provides an efficient storage centralization / organization of

⁵ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁶ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁷ Formado em Administração de Empresas e Especialista em Gestão Empresarial e Didática no Ensino Superior pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Professor da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁸ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁹ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

¹⁰ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

shipments, which increases the visibility of applications and ensures the capture of information that were not identified. Within the scope of this analysis were carried out on storage space, location and types of products beyond the study of references that supported knowledge. This work was performed in a supermarket retailer that operates in the field and through instruments such as interviews and observation became apparent analytical problems related to the issue of storage. Thus, we propose a reorganization of the stock finally. Since this is a survey of quantitative trait, it was concluded that there are problems related to handling and storage of products.

Keywords: Stock. Storage. Organization

1 INTRODUÇÃO

A gestão de estoques sempre foi um ponto nevrálgico na administração das empresas. Segundo Slack (2009 p.356), a definição de estoque pode ser entendida como uma acumulação armazenada de recursos materiais em um sistema de transformação. Ainda para o autor, as decisões de estoque envolvem, essencialmente, a determinação de três principais questões: “Quanto pedir, quando pedir e como controlar o sistema.”.

Há várias técnicas e fatores que foram desenvolvidas ao longo do tempo que representam a maneira mais eficiente de gerir estoques e determinar sua melhor compreensão, manuseio e resultado: *Sistema Just in Time*, *Sistema Kanban*, *Sistema ABC e entre outras*.

O presente artigo aborda um estudo de caso cujo objetivo principal é analisar e sugerir melhorias às práticas de gestão para a organização do estoque do *Supermercado Natal*, sendo esse um nome fictício para preservar a imagem da empresa em pesquisa. Para isto, foram realizados estudos *in loco*, a fim de obter informações sobre a rotina da empresa e, principalmente, as restrições que impediam uma gestão de recursos de armazenagem eficaz.

Diante desse contexto, fez-se uma análise do método utilizado para armazenagem das mercadorias e como ele funciona, para assim por meio de uma observação mais sistemática, descobrir eventuais erros e conseqüentemente sugerir soluções práticas que possam ser utilizadas para futuras melhorias na gestão de estoque.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A GESTÃO DE ESTOQUE

Segundo Nigel Slack (2009, p.356), o termo estoque é definido como a acumulação armazenada de recursos materiais em um sistema de transformação. Segundo ele os motivos pela qual grande parte das organizações mantém variados níveis de estoque é reflexo de suas necessidades, e que não importa o que é armazenado no estoque, ou

onde é posicionado na operação, ele existirá porque existe uma diferença de ritmo entre fornecimento e demanda.

O engenheiro, mestre e doutor em administração vêem a criação do estoque como forma de compensar diferenças de ritmo entre fornecimento e demanda, ou seja, se entre estas duas operações as taxas de fornecimento e de demanda conseguissem se igualar à quantidade e estoque conseguiria ser reduzida.

Gerentes de produção que se dedicam a estudos de armazenagem têm usualmente uma atitude ambivalente em relação a estoques. Por um lado vêem os estoques como custosos, e algumas vezes empatam considerável quantidade de capital, gerando riscos; tais como, deteriorização, obsolescência ou perda. Por outro lado, proporciona certo nível de segurança em ambientes incertos, podendo a empresa entregar prontamente os itens quando demandados. Onde apesar dos custos e de outras desvantagens associadas à sua manutenção, eles facilitam a conciliação entre fornecimento e demanda, sendo este o dilema do gerenciamento de estoque.

O estoque é criado para compensar diferença entre fornecimento e demanda, ou seja, o estoque é utilizado porque não sabemos quando é que irá acontecer uma demanda futura. Assim, “entende-se por estoque quaisquer quantidades de bens físicos que sejam conservados, de forma improdutiva, por algum intervalo de tempo; constituem estoques tanto os produtos acabados (MOREIRA, 2008, p. 89)

Dias (2009) menciona que para manter-se bem informado da posição do estoque, não é necessário descer muitos detalhes específicos, mas estabelecer certos parâmetros de medição que sejam suficientes para uma visão global, com uma análise dos principais elementos significativos de medição. Dentro do estoque percebe-se que há muitos fatores para que não ocorram problemas futuros, como: produtos ficarem obsoletos, danificação do produto.

Para Slack (2009, p.360) existem algumas desvantagens de manter estoque tais como:

- Estoque congela dinheiro, na forma de capital de giro, que fica indisponível para outros usos;
- Estoque acarreta custos de armazenamento (aluguel de espaço);
- Estoque pode torna-se obsoleto á medida que novas alternativas de produtos apareçam;
- Estoque pode danificar-se ou deteriorar-se;
- Estoque pode ser perdido ou caro para recuperar;
- Estoque pode ser perigoso para armazenar (solventes inflamáveis, explosivos, químicos, drogas);
- Estoque consome espaço que poderia ser usado para agregar valor,
- Estoque envolve custos administrativos e securitários.

2.2 PLANEJAMENTO E CONTROLE DE ESTOQUE

Segundo Slack (2009, p. 283) o planejamento é a formalização do que se pretende que aconteça em determinado momento no futuro. Um plano não garante que um evento vá realmente acontecer. Enquanto o controle é o processo de lidar com essas variações. O controle faz os ajustes que permitem que a operação atinja os objetivos que o plano estabeleceu, mesmo que os pressupostos assumidos pelo plano não se confirmem. Desta forma, a função principal do controle de estoque é maximizar o capital e diminuir o desperdício, sendo de suma importância na empresa, pois com o mesmo pode-se controlar todo o desperdício de uma empresa. Com essa ferramenta também é possível planejar, replanejar e controlar os produtos armazenados da empresa.

Para muitas empresas manter um estoque acaba acarretando um custo muito alto, e muitas vezes esse custo são repassados para os clientes, com isso acaba levando uma desvantagem na concorrência. Quando se fala em estoque é necessário determinar um controle nos quais são associadas a várias funções como:

- Determinar “o quê” deve permanecer em estoque. Número de itens;
- Determinar “quando” se devem reabastecer os estoques. Periodicidade;
- Determinar “quanto” de estoque será necessário para um período determinado;
- Receber, armazenar e atender os materiais estocados de acordo com as necessidades;
- Controlar os estoques em termos de quantidade e valor,
- Identificar e retirar do estoque os itens obsoletos e danificados.

Além disso, o controle de estoque eficaz permite à empresa uma vantagem competitiva em relação aos clientes, pois lhe proporciona agilidade na entrega do produto – na quantidade requerida pelo cliente – e evita o desperdício ou a falta de mercadorias no estoque.

Entre os muitos problemas que o setor de estoques pode apresentar, estão os relacionados ao comportamento do administrador quanto às decisões de o que, quando, quanto e como estocar – princípios básicos que devem ser criteriosamente observados (DIAS, 2008, p. 29).

No qual se entende que o planejamento e controle de estoque continuam sendo um grande desafio de suma importância para as empresas, que atualmente pode influenciar no mercado competitivo.

Entretanto, quando se fala de estoque, o objetivo principal das empresas é maximizar o seu capital investido. Assim, Dias (2009, p.01) declara que os estoques não geram retorno; o simples fato de aumentar os estoques não provoca o aumento de vendas e nem dos lucros.

3 TÉCNICAS DE ARMAZENAGEM

As técnicas de armazenagem são importantes para o bom desempenho da gestão de estoque, pois proporcionam rapidez e segurança dentro das empresas independente do ramo em que atuam. Nos umbrais do Segundo Milênio elas passaram a se especializar cada vez mais no controle das atividades destinadas aos processos de armazenamento dos produtos, utilizando, portanto, de técnicas que otimizam os processos de armazenagem, como o Sistema Just in Time, Sistema Kanban, Sistema ABC e entre outras. Porém no supermercado em estudo utilizam-se duas dessas técnicas que serão abordadas abaixo.

3.1 JUST IN TIME

A técnica Just in time significa produzir bens e serviços exatamente no momento em que é necessário. Surgiu no Japão, em meados dos anos 70 e foi desenvolvido pela Toyota Motor Company, que visava um sistema de gestão que coordenasse a produção com a procura específica de diferentes modelos de veículos com o mínimo atraso. JIT significa não produzir antes para não ter estoques, não onerar custos e nem deixar o cliente insatisfeito, perdendo assim, o faturamento e oportunidades de melhorar fluxo de caixa. Portanto, procura atender a demanda com qualidade perfeita e sem desperdícios, que geralmente estão camuflados sob a forma de perdas sutis como altos estoques, baixa qualidade, tempo de fabricação de morados, excesso de movimentação entre outros. Segundo Slack (2009, p.452) o JIT é uma abordagem disciplinada, que visa aprimorar a produtividade global e eliminar os desperdícios. Enquanto Dias (2009, p.131) o JIT trabalha com a meta do estoque zero, que é um de seus fundamentos básicos.

Em vista do parâmetro delineado, o supermercado utiliza de forma sutil essa filosofia, pois, há pequenos lotes de compras que ocasionam o suprimento imediato da demanda sendo entregues apenas quando solicitados, o que implica a quase inexistência de estoques.

3.2 CURVA ABC

Segundo Slack (2009, p. 226), a curva ABC é um método de classificação de informações, para que se separem os itens de maior importância ou impacto, os quais são normalmente em menor número. Teve sua origem em estudos realizados pelo economista e sociólogo italiano Vilfredo Pareto.

Essa ferramenta gerencial classifica estatisticamente os materiais, através do Princípio de Pareto, a fim de justificar os itens quanto a sua relativa importância. Ela é representada pelas letras A, B e C que se classificam da seguinte forma:

- Classe A: Principais itens em estoque e de alta prioridade. 20% dos itens correspondem a 80% do valor.
- Classe B: itens que ainda são considerados economicamente preciosos. 30% dos itens correspondem a 15% do valor.

- Classe C: 50% dos itens em correspondem a 5% do valor.

Diante do que foram expostos acima os itens que compõem as respectivas classes são:

Classe A:	<ul style="list-style-type: none"> • Mercearia salgada - Arroz, feijão, macarrão instantâneo, massas, tempero e molhos, entre outros.
Classe B	<ul style="list-style-type: none"> • Bebidas - Achromatados, bebidas alcoólicas, chás prontos, sucos prontos, entre outros. • Limpeza – Água sanitária, amaciante, cera, desinfetante, palha de aço, entre outros.
Classe C	<ul style="list-style-type: none"> • Mercearia doce - Balas, gelatinas, barra de cereais, bolos, biscoitos, sobremesas. • Bazar – Baldes, carvão, copos descartáveis, fósforos, sacos de lixo, entre outros. • Perfumaria – Perfumes, maquiagens, tratamento, corpo e banho, cabelo, dermo-cosméticos.

4 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para este trabalho consiste em um estudo de caso. Que segundo Gil (2002, p. 54) é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais. Consiste num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos.

O artigo inicia-se com um estudo de caso onde trata de uma investigação do tipo *Exploratória*, pois houve uma necessidade de um estudo mais detalhado para melhor compreensão dos dados e *Descritiva* por que baseia-se na descrição e observação detalhada das necessidades do supermercado tendo como finalidade identificar o problema. Para Gil (1996, p. 45 e 46):

As pesquisas podem ser classificadas em exploratórias, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A pesquisa descritiva salientasse no objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. A pesquisa explicativa tem como preocupação centro identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência os fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas.

Sequencialmente foram levantados dados através de visitas à empresa, pois assim acredita-se que seria possível identificar o problema. No momento dessas visitas, foram aplicados questionários através de uma sequência de perguntas com funcionários e encarregados do departamento de estoque. Desta forma, pode-se identificar quais dados que pudessem propor um desenho para uma possível solução do problema de organização. Como de praxe, utilizou-se de pesquisa bibliográficas, que nos ajudaram a discernir conceitos, abranger conhecimentos etc. Segundo GIL (1996, p. 90) “entrevista,

por sua vez pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas na situação face a face e em que uma delas formula questões e outra responde”.

Com base no levantamento de dados pretendeu-se chegar à visão de melhoria para empresa e uma nova organização em seu departamento de estoque.

Finalmente, se pode conhecer e analisar como o processo da empresa é realizado na prática da armazenagem de produtos, ou seja, como as pessoas efetivamente trabalham. Logo após, os dados foram analisados de forma a responder o objetivo de pesquisa que é analisar como o estoque/espço físico poderia ser a reorganizado.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Supermercado em pesquisa conta com a presença de 106 colaboradores, sendo que dois atuam no setor do estoque, e possui uma área de estocagem de 288 metros quadrados (m²).

5.1. SISTEMA DE OPERAÇÃO

O Supermercado Natal tem um sistema informatizado que controla o estoque. Através desse sistema há um manejo para a obtenção e controle dos produtos, além de emissões de relatórios visando ao vencimento e às qualidades dos mesmos. Contudo, observa-se que o sistema é subutilizado em razão do não acompanhamento dos avanços tecnológicos, por estar desatualizado. Uma das normas presentes na empresa utilizadas no departamento de estoque pelos repositores é o modelo PVPS (primeiro que vence, primeiro que sai), o que garante que as mercadorias sejam utilizadas antes de atingir seu prazo de validade.

O referido estabelecimento utiliza-se de estoque mínimo para estocagem de mercadorias que para Dias (2008, p.61) também conhecido como Estoque de Segurança, é a quantidade mínima que deve existir no estoque que destina a cobrir os atrasos no ressurgimento, objetivando a garantia do funcionamento ininterrupto e eficiente do processo produtivo, sem o risco de faltas. Possui uma grande carteira de fornecedores, que diariamente enviam suas mercadorias para o departamento de estoque devido à necessidade constante de suprimento da demanda.

O supermercado possui uma grande carteira de fornecedores, há também uma disponibilidade de requisitar mercadorias inexistentes no estoque entre suas filiais, sendo que esta é opção a menos utilizada devido à burocracia existente, pois no ato dessa requisição, o supermercado que irá “vender” terá que emitir uma nota promissória, e a mesma terá que passar pela matriz, ocorrendo assim uma morosidade, visto que a matriz fica situada na capital do Espírito Santo.

No departamento de estoque do supermercado analisado encontram-se pontos incorretos em relação à armazenagem dos produtos, estes são alocados de forma indevida por causa do recebimento diário de variados produtos recém chegados, que são empilhados

e misturados de forma desorganizada, ocorrendo assim um esforço maior para os repositores, ao colocá-los nas prateleiras.

5.2 ENTREVISTA COM OS FUNCIONÁRIOS

Na pesquisa junto aos três funcionários, realizada no supermercado Natal encontram-se os seguintes resultados:

TABELA 01 - SE A EMPRESA POSSUI ALGUM CONTROLE DE ESTOQUE

Perfil	Quantidade	Frequência (%)
Não	1	33,33 %
Sim	2	66,67 %
Total	3	100 %

A pesquisa expôs que 66,67 % dos entrevistados responderam que “sim”, o supermercado possui um controle de estoque.

TABELA 02 – MELHORAR A ARRUMAÇÃO DAS MERCADORIAS

Perfil	Quantidade	Frequência (%)
Não	2	66,67 %
Sim	1	33,33 %
Total	3	100 %

De acordo com os entrevistados 66,67% concordam que o estoque atual necessita de uma nova organização.

TABELA 03 – ARRUMAÇÃO ATUAL DO ESTOQUE NÃO GERA PERDAS DE MERCADORIAS

Perfil	Quantidade	Frequência (%)
Não	0	0 %
Sim	3	100 %
Total	3	100 %

Na visão dos entrevistados, a perdas adquiridas com a atual organização do estoque, já que um estoque desorganizado acarreta custos.

TABELA 04 – GRAU DE IMPORTÂNCIA DE UM ESTOQUE ORGANIZADO

Perfil	Quantidade	Frequência (%)
Pouco importante	0	0 %
Suma importância	3	100 %
Total	3	100 %

A tabela mostra que 100% dos entrevistados responderam que o grau de importância de um estoque organizado é de “Suma importância” para uma empresa.

5.3 PROPOSTA DE MELHORIA

Diante do exposto apresentado em relação à organização das mercadorias, propõe-se que seus produtos sejam alocados por seções em formato de família, sendo demarcados por placas em suas respectivas prateleiras. Procura-se assim obter um maior espaço do estoque, melhor organização e visibilidade dos produtos. Facilitará a movimentação interna e dos pallets no estoque, poupando esforços dos repositores. O estoque organizado desta forma agilizará o processo de organização das mercadorias recém-chegadas, encaminhando-as para suas respectivas seções.

Abaixo, um esboço da proposta de organização do depósito da loja:

MERCEARIA SALGADA _ Arroz _ Feijão _ Macarrão Instantâneo _ Massas _ Temperos e molhos _ Outros tipos	MERCEARIA DOCE _ Balas _ Barra de cereais _ Biscoitos _ Gelatinas _ Sobremesas _ Outros tipos	BEBIDAS _ Achocolatados _ Bebidas Alcoólicas _ Chás Prontos _ Sucos Prontos _ Refrigerantes _ Outros tipos
PERFUMARIA _ Perfumes _ Maquiagens _ Tratamento _ Corpo e banho _ Cabelos Dermo-Cosméticos	LIMPEZA _ Água Sanitária _ Amaciante _ Cera _ Desinfetante _ Palha de aço _ Outros tipos	BAZAR _ Baldes _ Carvão _ Descartáveis _ Fósforos _ Saco de lixos _ Outros tipos

Figura 1 – Seções para a armazenagem.
 Fonte: Desenvolvidos pelos autores.

A proposta acima resulta em uma contribuição diferenciada, pois a implantação destas placas identificadoras nas prateleiras, além da redução de tempo e melhor visualização das mercadorias, é um método que pode ser utilizado em empresas de diferentes portes e ramos sem ocasionar custos ou investimentos, sendo este um fator crucial na gestão de estoques e imprescindível aos empresários.

Portanto, o setor de armazenamento da empresa em estudo pode ser visualizada através das figuras abaixo, no qual demonstra o antes e o depois.

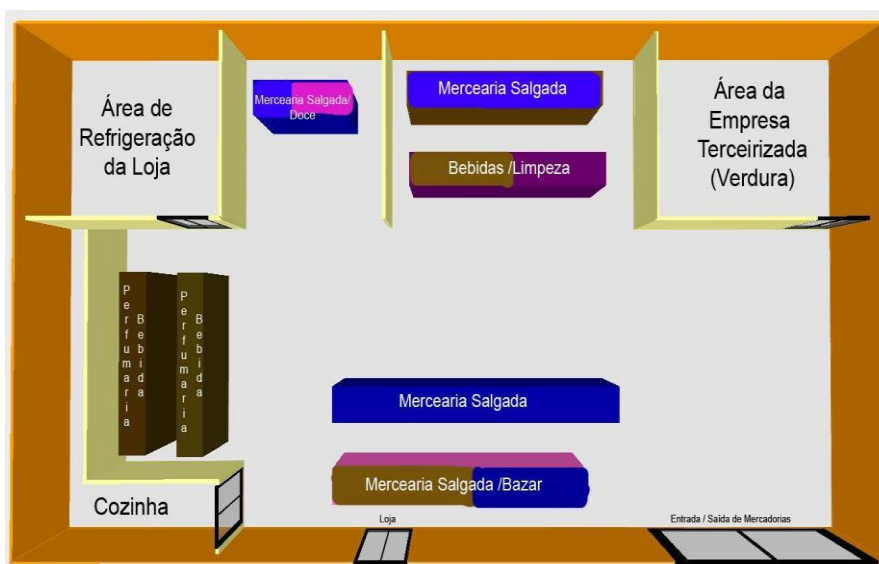


Figura 2 - Esboço atual do estoque

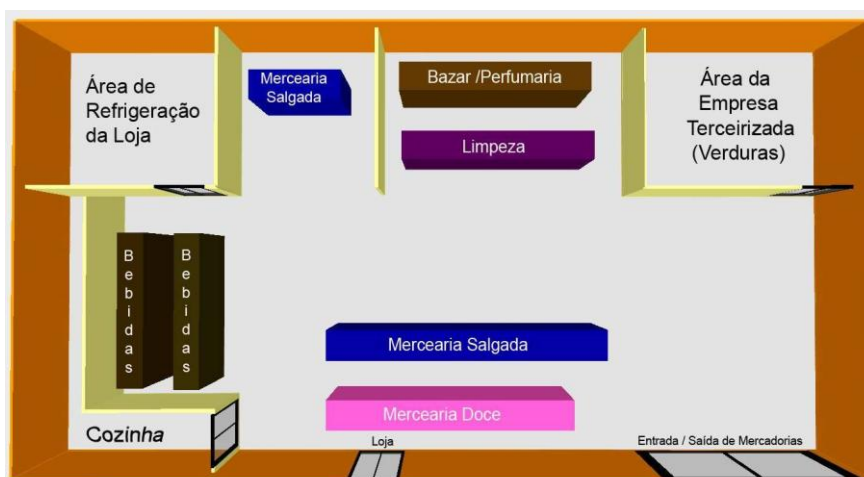


Figura 3 – Esboço da sugestão de armazenagem

6 CONCLUSÃO

A armazenagem é de suma importância para empresa, no qual é constituída por um conjunto de atividades que são: *o recebimento das mercadorias, descarregamento, separação dentre outros.*

Com a realização deste estudo no Supermercado Natal, foi possível concluir que, existem problemas relacionados à armazenagem, desde recebimento até a estocagem, que são realizados de forma irregular, obtendo um gasto de tempo desnecessário. Diante desse desafio alguns objetivos foram traçados, sendo eles: *a verificação da armazenagem desde o recebimento das mercadorias até alocar as mercadorias em seus respectivos lugares.*

Após a realização do mapeamento dos processos e da identificação dos problemas, algumas soluções foram propostas, tais como: um novo armazenamento, onde as

mercadorias sejam organizadas por seções, indicadas por placas contendo quais tipos de mercadorias compõem a seção. Essas medidas, se executadas corretamente, poderão representar para empresa uma redução de custos e melhoria da gestão do estoque da empresa.

O sistema de armazenagem proposto irá reduzir o tempo dos repositores e dará agilidade no momento de separação e identificação das mercadorias para abastecer a área de venda do supermercado. Com isso se terá uma visão ampla do estoque e com as placas direcionadas as seções poderão chegar às mercadorias de forma eficaz, além dessas vantagens, haverá uma melhoria da locomoção interna dos funcionários no estoque passando a ter uma gestão de estoque mais organizada, e o armazenamento será realizado de forma mais eficiente.

É evidente que o presente trabalho teve suas limitações, pois são inúmeras questões e setores que estão interligados de alguma forma à organização na armazenagem de estoque. Dentre esses aspectos destacam-se pontos sugeridos a novos pesquisadores para complementação desta pesquisa. São eles: pesquisa de um novo arranjo físico - baseado nas premissas de layout, a aplicação de um software mais atualizado para melhor controle de estoques e avaliar os tipos de fornecedores e finalmente analisar a armazenagem sob o ponto de vista da logística.

Com o desenvolvimento desse estudo foi possível visualizar que o tema Gestão de estoques e suas nuances são de grande utilidade para diversos empresários e empresas de diversos tamanhos e ramos. A boa gestão de estoques proporciona reduções de custo e é possível garantir uma boa organização obtendo assim uma melhoria no atendimento ao cliente, que é um dos fatores primordiais para uma gestão eficaz.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DIAS, Marco Aurélio P. (Ed.). **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. DIAS, Marco Aurélio. **Administração de Materiais: uma abordagem logística**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
3. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
4. _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
5. MOREIRA, Daniel Augusto (Ed.). **Administração da produção e operações**. 2 edição São Paulo: Cengage Learning, 2008.
6. _____. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 4º edição São Paulo: Atlas, 1993.
7. SLACK, Nigel et al. **Administração de produção**. São Paulo: Atlas, 2009.

A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

Bruna Lorena Santos¹¹
Cristiane da Fonseca Bronzoni¹²
Ramonna Boa Cezana¹³
Roberta Quartezeni¹⁴

RESUMO

O presente artigo de revisão bibliográfica tem como propósito abordar o problema da violência sexual enfrentada por crianças e adolescentes e o papel do profissional de Serviço Social dentro deste universo assistencial, sabendo-se que é relevante considerar a necessidade de apoio essa parcela da população tão frágil (crianças e adolescentes). O trabalho parte do exame de obras elaboradas por especialistas na área e tem como objetivo compreender o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel do Assistente Social no auxílio e amparo às vítimas. São apresentadas as definições e conceitos de violência, bem como a sua experiência dentro da família e, por fim, o papel do Assistente Social no amparo e cuidado às vítimas. Entende-se, então, que o Assistente Social tem uma relevância considerável e deve exercer sua função com propriedade, dentro de um universo de solidariedade com outros profissionais.

Palavras-chave: Assistência Social. Apoio psicológico. Família. Cuidados à infância.

ABSTRACT

This review is intended to address the problem of sexual violence faced by children and adolescents and the role of professional social service assistance in this universe, knowing that it is important to consider the care of that population so fragile (children and adolescents). The treatment part of the examination of works designed by experts and has as its objective, namely to understand the phenomenon of sexual violence against children and adolescents and the role of social worker to aid and support to victims. Are presented in-tings and concepts of violence and their experience within the family and, finally, the role of social worker in the shelter and care to victims. It is understood, then the Social Worker has considerable importance and should perform its function properly, within a universe of solidarity with other professionals.

Keywords: Social Assistance. Psychological support. Family. Childcare

¹¹ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

¹² Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Vale do Cricaré, Professora Titular na Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Campus Paulo Pereira Gomes.

¹³ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

¹⁴ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual manifesta-se de diversas formas, por pessoas de todos os tipos e classes sociais. As crianças e adolescentes que sofrem com este ato violento têm o seu direito negado, no que tange à compreensão da própria sexualidade, ou seja, são vítimas da violação do direito à dignidade, ao respeito e à liberdade. Sequelas físicas e psicossociais profundas vão sedimentando-se, comprometendo assim, a vida e a sociedade. O Abuso Sexual é a situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente, com ou sem seu consentimento, a atos ou jogos sexuais, com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou a oferta de presentes (FALEIROS; FALEIROS, 2001).

Geralmente há uma proximidade afetiva e de confiança entre a vítima e o agressor, mesmo se este não faz parte da família, e a dominação pela sexualidade implica na quebra do pacto de confiança e proximidade a favor de um pacto de silêncio e medo que possibilita o abuso sexual. As pessoas que enfrentam tais situações possuem características semelhantes, tais como: maus tratos, violência física, psicológica e sexual, uso de drogas, etc. A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, continua atingindo índices alarmantes de ocorrências, sobretudo no meio familiar, onde, na maioria das vezes, os principais agressores são o pai e o padrasto (CARVALHO, 1998).

Considerando-se o exposto acima, o presente trabalho aborda o problema da violência sexual enfrentada por crianças e adolescentes e o papel do profissional de Serviço Social dentro deste universo assistencial, sabendo-se que é relevante considerar os cuidados com esta parcela da população tão frágil (crianças e adolescentes). O trabalho parte de uma revisão bibliográfica, com o exame de obras elaboradas por especialistas na área.

Assim, o objetivo deste estudo é compreender o fenômeno violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel do Assistente Social no auxílio e amparo às vítimas. São apresentadas as definições e conceitos de violência, bem como a sua experiência dentro da família e, por fim, o papel do Assistente Social no amparo e cuidado às vítimas.

2 VIOLÊNCIA: DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Cabe aqui uma breve incursão sobre a violência como fenômeno presente em todas as sociedades desde primórdios da convivência humana, haja vista caracterizar-se como um ato desumano, cruel e agressivo, apresenta-se de forma diversificada em expressão e força potencial com que interfere nas relações sociais.

Chauí (1995, p. 136) concebe a violência como:

Exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrário ao seu corpo e a sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros.

Pode-se dizer que a violência é uma imposição externa a alguém, geralmente inserida na qualidade das relações sociais existentes, que machuca a sua condição humana. No trato violento, o indivíduo livre e consciente está sendo reduzido e degradado a um objeto, sem o mínimo respeito ou consideração por sua dignidade como pessoa.

O termo violência é expresso de diversos tipos: violência física, psicológica e sexual. No entanto, a forma mais frequente de utilização do termo é aquela entendida como sinônimo de agressão física. Este fato é assim compreendido por ser a agressão física a mais explícita, sendo mais fácil de ser visualizada, caracterizada por qualquer ação única ou repetida, não acidental praticada pelo agressor, causando dano físico à vítima. Esse dano causado pelo ato praticado pode variar de lesão leve a consequências extremas como a morte (CARVALHO, 1998).

A violência psicológica apresenta-se de diferentes formas, como a rejeição, ignorância, discriminação, desrespeito, cobrança e punição exagerada, como também criar expectativas irreais. Pela sutileza do ato e pela falta de evidências imediatas, esse tipo de violência é a mais difícil de ser identificada, apesar de estar, muitas vezes, embutida nas demais formas de violência. Cavalcante (1999, p. 71) afirma que “a violência sexual como crime contra a pessoa é caracterizada por ações violentas e/ou abusivas que ameaçam ou violam a integridade física, psicológica e moral da vítima”. Na psicanálise, a agressividade está relacionada ao conceito de violência como parte constitutiva do comportamento do homem, que através dos vários processos de socialização, família, escola, comunidade torna-se controlada, canalizada. Isto pode ser constatado, segundo Bock, que afirma,

A agressividade é constitutiva do ser humano e ao mesmo tempo afirma-se a importância da cultura, da vida social como reguladora dos impulsos destrutivos. A violência, portanto é o uso desejado da agressividade, com fins destrutivos (1991, p. 68).

Neste sentido, a agressividade é um dos elementos constitutivos da violência. Porém, não é o único. Isto significa que a simples presença da agressividade no comportamento do homem não é responsável pela manifestação da violência. Ela pode ser a condição básica que, na existência de outros fatores, favorece ou estimula o desenvolvimento do comportamento agressivo e, conseqüentemente, a manifestação da violência. Outros estudos relacionam violência com o poder, considerando-a como a imposição de uma pessoa a outra, através de métodos persuasivos, pondo fim à resistência dos oponentes (CAVALCANTE, 1999).

Essas definições não consideram a violência como fenômeno isolado, decorrente apenas de um fator, mas como uma relação, dando uma dimensão clara da existência de um antagonismo que compõe a unidade de opostos, ou seja, significa o desencadeamento de ações de uma parte que se opõe a outra, seja na forma individual ou coletiva, direta ou indireta. Pode-se dizer que a violência constitui-se em um fenômeno complexo, cuja compreensão deve ser situada em contextos históricos, econômicos, cultural, jurídico, político e psicossocial, que configuram a estrutura da sociedade brasileira estabelecendo seus valores e suas relações de gênero, de sexualidade, de raça e de poder (FALEIROS; FALEIROS, 2001).

Diante do exposto, observa-se que a abordagem histórica da questão da violência é oriunda de uma sociedade extremamente desigual e marcadamente machista e autoritária, como a brasileira. Em outras palavras, é uma sociedade pautada não só pela dominação de classes como também pela inoperante dominação de gênero, raça, e ainda nas relações de autoritarismo entre os homens, em que tal autoritarismo geralmente inicia-se na relação intrafamiliar, entre pais e filhos em que os pais tornam-se agressores de seus próprios filhos (SILVA, 1999).

Ao desvelar o aspecto da instituição familiar, percebe-se que a mesma se opõe à sua imagem primordial de protetora, pois é nela que o fenômeno da violência familiar é mais frequente do que se pode supor.

3 VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

A família é a primeira instituição responsável pelo desenvolvimento social e afetivo de todos os seus membros, sobretudo durante o período da infância e da adolescência.

Segundo Fukui,

A família pode ser entendida como um conjunto de relações sociais baseadas em elos de sangue, adoção e aliança socialmente reconhecidos, reconhecimento este que tanto pode ser costumeiro como legal. Ela pode ser abordada segundo três ângulos diversos e complementares: enquanto condições materiais de vida, enquanto instituição e enquanto valor. A família também pode ser entendida como um conjunto de valores definidos como ideologia, estereótipos prescrições, imagens, representações sobre o que ela é e deve ser (1998, p. 15).

Neste sentido, observa-se que o âmbito familiar é o espaço ideal para convívio dos filhos e demais membros, onde são garantidos direitos à sobrevivência e proteção integral, tendo em vista que a família propicia os laços afetivos, como também o bem estar de seus componentes. A família se torna a esfera íntima da existência, o lugar exclusivo onde podemos exprimir as próprias emoções, relaxar, como também o lugar onde podemos ficar a sós com aqueles que, em certo sentimento, nos pertencem. Representa também o lugar onde a pessoa pode se recompor das humilhações do mundo externo, o lugar onde se pode descarregar a agressividade reprimida, relaxar o autocontrole, brigar e até sobrepujar aos outros membros.

A família é o lugar da gestação dos filhos, crianças, adolescentes que formarão outras famílias. Por isso, as famílias têm história e têm um ciclo de vida e uma atuação para além do núcleo familiar. A família é o berço para o ser humano tornar-se gente e ser capaz de viver de acordo com os padrões de comportamento e conduta mais elementares para o indivíduo: comer, beber, andar vestir, respeitar limites de propriedade, ter afeto, trabalhar etc. (SILVA, 1999).

Desde pequena, a criança necessita do amparo familiar para a formação do caráter. Através de uma boa orientação ela poderá desenvolver princípios éticos e morais capazes de nortear uma conduta condizente para uma vida em sociedade, com segurança

e responsabilidade.

Ainda a respeito da influência da família sobre a vida da criança. Chalita (2004, p. 21) ressaltar que:

A família tem a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Os filhos se espelhando nos pais e os pais desenvolvendo a cumplicidade com os filhos (CHALITA, 2004, p. 20).

A família tem este papel extremamente importante de promover o equilíbrio emocional dos seus componentes, algo tão necessário para a estruturação da personalidade. Os ditames do mundo moderno têm produzido no meio familiar uma avalanche de conceitos totalmente desvirtuados de tudo aquilo que pode ser tido como algo seguro e consistente. A família, em especial o pai e a mãe – pessoas mais próximas da criança em afetividade e influência – precisam ter o cuidado e visão esclarecida quanto a todos esses conceitos gerados pelo mundo moderno e procurar influenciar e instruir seus filhos positivamente, a fim de que eles possam atuar em sociedade como pessoas conscientes e responsáveis (GUERRA; AZEVEDO, 1997).

Entretanto, para que essa influência gere atitudes positivas na vida da criança é necessário que os pais desenvolvam atitudes que estejam caracterizadas pela verdade, pois ditar conceitos desvinculados de uma prática transparente, com certeza é lançar palavras ao vento. É extremamente necessário que a família desenvolva um convívio salutar, respaldado pelo amor e pela comunicação clara entre as partes (SILVA, 1999).

A família é uma instituição em que as máscaras devem dar lugar à face transparente sem disfarces. O diálogo é necessário, se em outros tempos bastava um olhar severo para se corrigir o comportamento, hoje se vive na era do “porquê”. É com razão. A família autoritária perpetua a sociedade autoritária (CHALITA, 2004, p 21).

A comunicação é um instrumento valioso para aquisição do conhecimento. Sem ela as verdades se atropelam e perdem seus sentidos. Sendo assim, é extremamente importante que o diálogo salutar faça parte da família, como instrumento significativo para a propagação de conceitos e ideais, objetivando um equilíbrio familiar e social.

De acordo com Biddulph (2003), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É o primeiro grupo onde se instala toda a vontade de viver do indivíduo, sendo aí que é também corrigido em seus erros. É a família que propicia apoio afetivo e, sobretudo, material, necessário ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, e é em seu espaço que são absorvidos o valor ético e humanitário, em que se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e passados os valores culturais (SILVA, 1999).

Como se pode perceber, a família não é somente o berço da cultura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de

apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando adulto. A família tem sido, é, e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas. A família é, pois, o lugar dos cuidados, da proteção. É o espaço de socialização e da construção de identidades. Entretanto, é difícil de acreditar como um núcleo natural que deve ser de proteção da criança passe a ser um centro violento capaz de agredir física, psicológica e sexualmente crianças e adolescentes? (FUKUI, 1998).

Contudo, nem sempre a família é um núcleo de proteção. No exercício da maternidade/paternidade, muitas vezes encobertos pela necessidade de disciplinar os filhos, os pais os agredem de forma violenta. Muitas vezes movidos pela necessidade de ordem, os pais humilham seus filhos tornando-os fracos e indefesos ou muito violentos. Assim, toda gama de ações abusivas são cobertas com um comportamento que sustenta o pacto de silêncio, garantindo que a família seja considerada “perfeita”, contudo a família quando abusiva, reflete um padrão cultural que perpassa todas as relações sociais (GUERRA; AZEVEDO, 1997).

Isso é confirmado por Chauí (1984, p. 175), quando afirma que,

A conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior, a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que quando a atividade e a fala de outrem são Impedidas ou anuladas, há violência.

A violência se manifesta de várias formas. Muitas vezes estas maneiras provêm do modelo de educação adotado no cotidiano familiar, acreditando este ser um método disciplinador adequadamente escolhido por parte de seus pais irresponsáveis.

Na concepção de Kaloutan, (2000, p. 12).

A família, enquanto forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais.

Percebe-se que a crise social vem crescendo, descontrolando a pobreza e a violência, resultantes de ausências ou falências das políticas sociais adotadas pelo Estado.

Corroborando com Faleiros (2001, p. 19), quando este afirma o seguinte:

No Brasil convive-se com projetos político-societários antagônicos e contraditórios. Ao lado de um importante movimento pela cidadania impera a impunidade, a justiça de classe (ou injustiça para os pobres, os fracos, os excluídos, os marginalizados), uma trágica herança histórica da escravidão e a presença atual de múltiplas formas de autoritarismo (2001, p. 19).

Essa problemática é determinada por acontecimentos macro societários que repercutem em todo território nacional, mas que simultaneamente concretizam-se com determinadas particularidades e singularidades, de acordo com a realidade considerada, repercutindo no grupo familiar.

Segundo Fukui, (1998, p. 25).

A família é a instituição provedora das forças no interior da criança, que se manifestam através de controles proibitivos e ético-políticos que limitam e permitem organizar, de uma maneira sadia as forças emocionais no desenvolvimento do sujeito.

Desse modo, o grupo familiar constitui a sede dos acontecimentos mais significativos na vida do indivíduo. Se a experiência familiar é negada ou de alguma forma desatendida em função das condições concretas de vida e dos seus perfis, a exemplo a prática de violência como o abuso sexual, esta poderá trazer sérias consequências na formação da personalidade do mesmo. Portanto, embora a família tenha o papel de garantir os direitos da criança e do adolescente, pode transformar em grande perigo e ameaça a integridade física desse segmento social que está em fase de desenvolvimento.

Vale ressaltar um aspecto importante sobre o gênero. As pesquisas apontam que, quando se trata de abuso sexual ocorrido no espaço doméstico e familiar, há uma maior predominância do homem como agressor e da mulher como vítima. Os meninos também são vítimas de abuso sexual, mas a incidência maior acontece fora da família, em geral perpetrado por adultos não parentes. Dentre os parentes envolvidos em abuso sexual intrafamiliar, o grande vilão é o pai (GUERRA; AZEVEDO, 1997).

O abuso sexual é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança e para a família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família. É difícil também para os profissionais, que muitas vezes não sabem como agir diante do problema. O abuso sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e punição do agressor, e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as consequências psicológicas decorrentes da situação de abuso. Tais consequências estão diretamente relacionadas a fatores como: idade da criança e duração do abuso; condições em que ocorre, envolvendo violência ou ameaças; grau de relacionamento com o abusador; e ausência de figuras parentais protetoras (GUERRA; AZEVEDO, 1997).

4 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL

A realidade social tem evidenciado que uma das situações mais graves e frequentes de vulnerabilidade e de vitimação em que são envolvidas crianças adolescentes são as situações de abuso sexual intrafamiliar.

Conforme Cavalvante, (1999, p. 144).

Dentre as várias formas de abuso e de opressão que têm marcado as relações entre pais e filhos, a violência sexual talvez seja a que mais tem suscitado polêmicas quanto aos meios possíveis para o ressarcimento dos danos físicos, psicológicos e morais *causados à criança e ao adolescente vitimizado*.

Assim, observa-se que a violência sexual pode evidenciar-se de várias formas em que a

maior parte dos abusos ocorrem dentro das famílias e os agressores são em geral, o próprio pai ou padrasto. A prática do incesto vitimizando crianças e adolescentes está entre os mais horríveis crimes que se pode cometer, mas é também um dos mais fáceis de esconder, porque as crianças e adolescentes são pressionadas a ocultar o ocorrido, ou seja a não contar nada, tendo em vista que ninguém consegue acreditar que os pais, ou outros parentes possam executar o ato da violência sexual (CAVALCANTE, 1999).

Para uma análise crítica na situação das famílias acompanhadas pelo profissional de Serviço Social, é possível apresentar algumas informações pertinentes, que se mostram a seguir.

O perfil da família agressora mostra-se geralmente desestruturada e a vítima, no caso a criança ou adolescente, normalmente não encontra apoio e confiança por parte das mães, ocasionando que a mesma omita a situação de abuso vivenciada, ficando em risco por mais tempo. Em alguns casos, as crianças até conseguem relatar para a mãe, mas não encontram apoio suficiente, pois muitas mães preferem não acreditar na criança e permanecer ao lado do agressor. O Assistente Social, nesses casos, fica muito limitado na coleta de informações e compreensão mais profunda da situação. É preciso, então, que o seu preparo seja bom, a fim de criar mecanismos de estímulo e convencimento das vítimas e dos seus familiares para que relatem os fatos e sejam tomadas as providências. Trabalhar com o silêncio é um dos desafios da profissão (GUERRA; AZEVEDO, 1997).

É interessante que, dentro dessa situação de silêncio, percebe-se que isso ocorre com frequência, tanto nos casos de violência por parte dos pais biológicos como do padrasto. Algumas mães chegam absurdamente até a acusar a filha de estar seduzindo o padrasto, sendo a criança ou adolescente vítima a provocadora do fim do casamento da mãe. O papel do Assistente Social é fundamental aqui por ligar as questões individuais e coletivas, tendo em vista que, em casos de violência sexual, toda a família acaba sendo vitimizada. Proporciona-se um espaço onde todas estas questões são discutidas e trabalhadas em grupo, agregando a dimensão do compartilhar e quebrando o estigma de que a criança ou adolescente "sofrem sozinhas". A possibilidade de compartilhar vivências comuns e semelhantes traz a perspectiva de fortalecimento para enfrentar as dificuldades relativas aos processos jurídicos, aos problemas familiares e à readaptação ao meio social (SARMENTO, 1994).

Para garantir o atendimento integral não se pode esquecer os aspectos da saúde, educação, cultura e lazer. O Assistente Social encaminha as pessoas a um Centro de Defesa, que dispõe de recursos estruturais e financeiros para atender à demanda, tornando-se imprescindível a articulação e o estabelecimento de parcerias que venham suprir estas necessidades. Esta é mais uma das atribuições do profissional de Serviço Social: a capacidade de identificar possíveis parceiros e sensibilizá-los para o engajamento e participação na rede de atendimento especializado às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso sexual. Hoje é possível dizer que existem alguns parceiros fundamentais, que já estão integrados aos Programas de Atendimento. Os serviços médicos, ginecológicos e pediátricos agregam ao acompanhamento a tranquilidade de que todos os procedimentos na área de saúde estão tendo uma intervenção adequada. No estabelecimento dessas parcerias, entra-se em contato com os

profissionais que irão atender as crianças e adolescentes e busca-se dar o maior número de informações que subsidiem um trabalho mais qualificado e especializado (FUKUI, 1998).

Merece destacar que o Assistente Social também tem sua relação e apoio do Sistema de Justiça. Contatos com advogados, delegados, promotores, juízes e outros fazem parte da lista de contatos permanente, visando à constante melhoria de ações conjuntas. É habitual que o Assistente Social seja solicitado a auxiliar no trabalho desses profissionais, através de pareceres ou mesmo informações técnicas mais específicas, inclusive em audiências. Essa forma de atuação é decorrente de uma caminhada da profissão e do reconhecimento da relevância da ação por ela desenvolvida, porque não se fala apenas de intervenções em aspectos técnicos, e sim de articulação de pessoas responsáveis pela preservação de vidas sociais (SARMENTO, 1994).

5 CONCLUSÕES

A violência contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, apesar de ser um problema bastante combatido, ainda é freqüente na sociedade, que, mesmo com a liberdade sexual, abriga pessoas ultrapassam os limites da busca do prazer estabelecido, chegando mesmo a cometer incestos contra seres indefesos, da própria família.

A família tem o dever de salvaguardar os direitos da criança e do adolescente, porém, através da violência que exerce, ela pode converter-se em perigosa ameaça à integridade física de seus novos membros, tendo em vista que a maioria das violências sexuais sofridas por crianças e adolescentes são praticadas por pessoas da família e dentro do lar onde residem, o que facilita ao abusador sua aproximação junto à criança, como também todas as manipulações vinculadas a sua ação, e assim à sedução chegando a consumação do ato. Sendo a abusadora pessoa íntima da criança ou do adolescente, exerce essa prática por muito tempo sem ser denunciado, tendo muitas vezes a conivência de outros membros da família.

O exercício das responsabilidades do profissional de Serviço Social na atenção e apoio às condições aqui apresentadas passa por um preparo adequado, além de uma postura de afetividade e solidariedade que transpõem o simples trabalho técnico, pois, envolve um grau de desprendimento e interesse que faz deste trabalhador um verdadeiro salvaguarda da vida, especialmente no trato com crianças e adolescentes, que fazem parte de uma parcela da população que está, em muitos momentos, indefesa.

6 REFERÊNCIAS

1. BIDDULPH, Steve. **Quem vai seus filhos?** São Paulo: Fundamentos Educacional, 2003.
2. BOCK, Ana Maria; **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

3. BRASIL. Lei Federal Nº 8.069/90. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1995.
4. CARVALHO, Denise B. Birche. A violência doméstica contra crianças e adolescentes: análise do fenômeno no Distrito Federal. In : **Revista Ser Social 2**. Rio de Janeiro v. 2, n. 2, p.57-82, jan/jun.1998.
5. CAVALCANTE. Lília Iêda (Org.). **O afeto e seu avesso**: um estudo sobre abandono e violência na família. Belém: Ponto Gráfico,1999.
6. CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. 12. ed. São Paulo: Gente, 2004.
7. CHAUI, Marilena. **Repressão sexual**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
8. _____. **Convite à filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.
9. DOLAN. Bárbara. Incesto: as vítimas abrem o jogo. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro, v. 168, n. 2063, p.118-119, Out.1991.
10. FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha Silveira (Coords.). **Atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Veras, 2001.
11. FUKUI, Lia. **Famílias**: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. São Paulo: FUNDAP,1998.
12. GUERRA. Viviane N. de A.; AZEVEDO, Maria Amélia (Org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
13. KALOUTIAN, Sílvio. **Família brasileira, a base de tudo**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
14. SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumento e técnica em serviço social**: elementos para uma rediscussão. São Paulo: PUC, 1994.
15. SILVA, Luiz. **Famílias: aspectos conceituais e questões metodológicas**. São Paulo: FUNDAP, 1998.
16. SILVA. Sandra Maria Fonseca et al. **Rompendo o silêncio**: a violência sexual existe. Belém: Imprensa Oficial, 1999.

PENSANDO A POBREZA POR SUA HISTORICIDADE

Charles Travezani de Jesus¹⁵

RESUMO

É importante enxergar a pobreza como um fenômeno multifacetado e historicamente localizado. A pobreza tem características diferenciadas nos vários momentos históricos, por exemplo, a pobreza na idade média era tida como natural e imutável se dava principalmente pela grande influência da igreja na legitimação da divisão entre ricos e pobres - utilizando a Bíblia como referência para a manutenção do *status quo*. No capitalismo, a pobreza passa a ser gerada pela crescente desigualdade social inerente às relações sociais de produção que se baseiam na exploração do trabalhador pelo capitalista. Na sociedade capitalista, a pobreza passa a ser vista como um problema a ser resolvido passando muitas vezes pela responsabilização do pobre. Por isso o trabalho que se segue vai tentar compreender a pobreza em suas multideterminações.

Palavras-chave: Pobreza, Historicidade e Organização social.

ABSTRACT

It is important to see poverty as a multifaceted phenomenon and historically located. Poverty has different characteristics in different historical moments, for example, poverty in the Middle Ages was regarded as natural and immutable was mainly influenced by the great church in legitimizing the division between rich and poor - using the Bible as a reference for the maintenance of status quo. Poverty in capitalism is to be generated by growing social inequality inherent in the social relations of production that are based on the exploitation of labor by capital. Under capitalism, poverty is seen as a problem to be solved by spending many times the poor accountability. So the work that follows will try to understand poverty in their multidimensional.

Keywords: Poverty, Historicity e Social organization.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa tratar das contribuições da *disciplina* Pobreza, Identidade e Cultura na formação dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Por isso, o texto será desenvolvido à luz das aulas ministradas pelo Professor Izildo Corrêa Leite e tendo como base alguns textos utilizados nas aulas ministradas no 1º semestre de 2009.

¹⁵ Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus e da Faculdade Capixaba de Nova Venécia

Durante as aulas, foram apresentados argumentos importantes para entender a pobreza como um fenômeno multifacetado, que pode ser compreendido de acordo com quem observa, de onde observa e quando observa. Por isso, é importante perceber a pobreza como historicamente localizada e determinada por relações socioeconômicas e culturais de seu tempo. A pobreza na Idade Média, por exemplo, é construída sobre bases sociais que não são as mesmas da sociedade capitalista, sendo que até mesmo a forma de se ver os pobres é diferenciada, pois na Idade Média a pobreza era naturalizada, o que se dá principalmente pela grande influência da igreja na legitimação da divisão entre ricos e pobres - utilizando a Bíblia como referência para a manutenção do *status quo* -; enquanto na sociedade capitalista, a pobreza passa a ser desnaturalizada e o pobre é desfilado de seus antigos laços sociais e a seus locais de origem e visto como um problema social (LEITE, 2008). Mesmo dentro da sociedade capitalista, de acordo com o momento da história, percebem-se certas diferenças na visão sobre a pobreza. As formas como se trata a pobreza no Brasil na década de 30 não é a mesma dos anos 90.

Ao fazer essa rápida reflexão, afirmamos a importância de compreender a pobreza como um fenômeno determinado historicamente. Por isso, o presente texto se propõe estudar as diferentes visões lançadas sobre a pobreza e os pobres no Brasil, em diferentes momentos históricos, conferindo historicidade a ela.

2 UM BREVE ESTUDO SOBRE A POBREZA EM DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

Durante a Idade Média a pobreza era vista como naturalizada, enraizada e não como um problema a ser enfrentado. Porém, no decorrer da história e com o fim dessa forma de organização social, a pobreza passou por um processo de desnaturalização, o pobre passou a ser visto como forasteiro, a pobreza passou a ser um problema que mereceu maior intervenção por parte do Estado e assim permanece até hoje (LEITE, 2008).

Ao falar da pobreza na Idade Média, a descrevemos como naturalizada, pois o pobre era tido como constituinte daquela sociedade e que a pobreza se dava de forma natural. Uns eram pobres e outros eram ricos, essa era a ordem natural da relação em sociedade e esse pensamento tinha forte apoio na doutrina cristã católica, pois:

Na idade Média cristã, a forte presença da religião em todas as esferas da vida social contribuía para naturalizar a pobreza. Como se afirma na bíblia: “Vós tendes convosco os pobres” (Mateus 26:11 apud SZASZ, 1994, p. 35). No pensamento então dominante, a existência da pobreza era considerada como resultante da vontade divina [...] (LEITE, 2008, p.210).

Outra característica conferida à pobreza nesse momento da história é o seu enraizamento, pois o pobre pertencia a determinado local, tinha referência na localidade onde havia nascido, era próprio daquele lugar, sendo esse outro fator que determinava a pobreza como natural, os pobres “[...] não eram desfilados, não se encontravam desenraizados do seu meio social” (LEITE, 2008, p.211).

Esse panorama muda com o fim da sociedade feudal e a ascensão da sociedade pré-industrial, pois muda a forma de organização da sociedade. Se antes os feudos eram onde se concentrava a maior parte das pessoas, agora elas passam, em número crescente, a morar nas cidades – principalmente depois do cercamento das terras no que diz respeito à Inglaterra – os pobres do campo passam a migrar para as cidades e o pobre antes conhecido passa a ser o forasteiro, parte de um enorme “contingente de força de trabalho “[...] excedente [...]” (LEITE, 2008, p. 213). Esta nova configuração de sociedade passa a desnaturalizar a pobreza e ser pobre passa a ser sinônimo de ser vagabundo. “O termo vagabundo passou a ser a palavra-chave para identificar o novo tipo de pobreza bem como para definir o tratamento a ser dado aos sujeitos dessa condição social” (LEITE, 2008, p.210). A pobreza passa a ser identificada como um problema que merece um tratamento por parte do Estado e da sociedade e o pobre sendo visto como vagabundo passa a ser visto como um elemento “a-social, perigoso” (CASTEL apud LEITE, 2008, p.214), por isso as políticas adotadas pelo Estado eram uma “combinação de assistência e repressão” (LEITE, 2008, p.215).

Nesse momento histórico, é possível perceber significativas mudanças na forma de ver e lidar com a pobreza, pois se na Idade Média a pobreza era entendida como natural e era alimentada pelo que Castel chamou de “economia de salvação” [Seria importante explicar o sentido dessa expressão.] (LEITE, 2008), na modernidade pré-industrial o pobre passa a ser visto como um problema, passível de ser tratado com repressão.

Com o advento da Revolução Industrial e a formação da sociedade capitalista industrial, a pobreza se massificou e se tornou mais concentrada e visível nas cidades. O pobre, antes percebido como vagabundo, passou a ser reconhecido como trabalhador ou “operário industrial” (LEITE, 2008). “Na verdade [esses trabalhadores pobres] [...] eram agentes e vítimas da revolução industrial” (LEITE, 2008, p.218), isso porque a nova dinâmica de produção lhes impunha um alto nível de produção de riquezas e baixas remunerações, os artesãos foram destituídos de seus meios de produção e se viram obrigados a enfrentar grandes jornadas de trabalho em condições precárias. Há também que considerar a alta rotatividade da força de trabalho, já que os trabalhadores ora estavam empregados, ora desempregados.

O que presenciamos após a Revolução Industrial é o despertar de uma nova conjuntura e, por conseguinte, uma nova pobreza, que aumenta o grau de desfiliação e que torna a pobreza ainda mais visível e temível, ou seja, a pobreza se converte em um problema ainda maior para as elites.

As elites européias viam esse aglomerado de pessoas como uma ameaça, com riscos para a saúde e principalmente se sentiam ameaçadas pela possibilidade de rebelião dessas “classes perigosas”, como passaram a ser chamadas.

Os perigos que as classes dominantes viam nas classes laboriosas eram das mais diversas ordens. [...] Chama a atenção o número de vezes que em que Bresciani (1989, passim), expressando os sentimentos que as classes abastadas inglesas e francesas de então tinham em relação aos pobres – particularmente quando em multidão –, utiliza os termos e expressões como medo, ameaça social, temor, assustador, perigoso, preocupação, apreensão, alarmante, apavorante, realidade estarrecedora (LEITE, 2008, p.220-221).

As palavras do autor supracitado mostram bem que a pobreza passou a ser vista como um problema ainda maior e, mais do que isso, representava também um perigo para as elites, dessa forma,

[a pobreza] [...] recebeu um duplo tratamento: no plano da intervenção, o que podemos chamar de política social num sentido moderno e, no campo do conhecimento com pretensões científicas, a atuação de vários precursores das Ciências Sociais – mais particularmente, da Sociologia. (LEITE, 2008, p. 2221).

Com relação às políticas sociais num sentido moderno, Leite (2008, p.222) assim as caracteriza:

[...] programa de ação que visa, mediante esforço organizado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer decisão coletiva regida e amparada por leis impessoais e objetivas garantidoras de direitos [...] (PEREIRA apud LEITE, 2008, p.222).

Mas a pobreza não é só digna de intervenção através das políticas sociais, mas, também, passa a ser estudada por “[...] pensadores, escritores, filantropos, médicos, higienistas, reformadores sociais etc.” e esses se ocuparam em estudar vários aspectos da pobreza que tinham como base a condição dos operários e de suas famílias nas grandes cidades (LEITE, 2008).

Percebe-se, então, que a pobreza nunca deixou de ser alvo de intervenção das elites e, no que tange ao período que engloba a modernidade pré-industrial e vai até a contemporaneidade, sempre gerou certo incômodo. Como consequência disso, gerou ações que tiveram rebatimento direto na vida dos pobres e também levou os pensadores a estudarem a pobreza. Desses estudos, muitas coisas foram escritas e muito se produziu, mas sempre a partir da visão de quem está de fora da realidade vivida pelos pobres.

Tentamos, até aqui, apresentar a pobreza seguindo uma linha histórica que segue desde a Idade Média até o período conhecido como capitalismo industrial; doravante tentaremos descrever um pouco desse processo dentro da realidade brasileira enfocando a contemporaneidade.

3 A REALIDADE BRASILEIRA: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A POBREZA.

No século XIX, o Brasil passou por várias transformações e a sociedade brasileira passa a se estruturar a partir de uma organização socioeconômica com bases capitalistas. Vê-se nessa época o desenvolvimento de um mercado interno que foi,

[...] estimulado pelas consequências da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, [bem como pela] [...] introdução de imigrantes europeus (principalmente portugueses, espanhóis, italianos e alemães) cada vez maior,

além da construção de uma rede ferroviária e de um sistema creditício (ADORNO, 1990: p.11).

Todo esse processo, que estimulou a formação de um mercado interno, também favoreceu a aglomeração de pessoas nas grandes cidades – Rio de Janeiro e São Paulo – que, aliada à falta de um planejamento urbano adequado, deu origem a cortiços e favelas.

Os cortiços – considerados a semente das favelas - eram ocupados pela massa pauperizada e “[...] eram tidos como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social” (VALLADARES, 2000: p.7). Intelectuais da época denunciaram a precariedade desses espaços, que representavam não só um risco à ordem pública, mas também um risco de saúde, “o Rio era a capital das epidemias” (VALLADARES, 1991: p.84) os cortiços eram alvo principal do discurso médico-higienicista (VALLADARES, 1991), pois segundo a visão das elites, era naquele lugar de pobres – na sua maioria negros escravos - que se originavam as grandes epidemias.

Os médicos vinham denunciando a precariedade das moradias no Rio de Janeiro desde as primeiras décadas do século XIX, sob a perspectiva de que a falta de higiene e as construções inadequadas eram grandes responsáveis por epidemias e pelo alto índice de mortalidade infantil. As advertências desses profissionais “[abriram] caminho para própria intervenção sobre a pobreza, [levando] [...] à proibição da construção de novos cortiços e à demolição do maior de todos - o famoso Cabeça de Porco -” (VALLADARES, 1991: p. 85). Esse fato se deu porque, ao longo dos anos, os cortiços se tornaram o alvo do discurso dos sanitaristas.

O cortiço também era considerado, pelas classes dominantes, o berço da desordem social e, por conseguinte, “dos criminosos e desordeiros” (CHESNEY apud VALLADARES, 1991: p.86). O fato de serem moradores do cortiço incluía as pessoas entre as classes perigosas “[...] aos olhos dos políticos e da intelectualidade da época todos eram vistos como vadios” (VALLADARES, 1991: p.87).

Muito embora provenientes de origens distintas, os vários discursos sobre a pobreza (o discurso, político econômico e até mesmo o discurso da liderança operária) acabariam por se justapor. O cortiço, “lócus” privilegiado da doença e do contágio, era também o espaço da perdição, da desagregação, o berço do crime. (VALLADARES, 1991: p.93).

Logo se criou, no plano do pensamento, o antagonismo entre o pobre morador dos cortiços e o trabalhador das fábricas, pois o morador do cortiço era o negro, vadio, integrado ao mundo da desordem e se opunha à ordem fabril, que era um símbolo da ordem capitalista. Na visão das elites, o modo de se viver nos cortiços atrapalhava o progresso do desenvolvimento, “afastando o trabalhador da fábrica, da produção, do projeto coletivo de uma sociedade que deveria se encaminhar pela via da ordem e do progresso” (VALLADARES, 1991: p.93).

[...] os pobres invadem o espaço urbano, comparecendo com suas “idiossincrasias” – os maus costumes, a ignorância, a insubordinação, a incompreensão dos valores prevalecentes em uma civilização -, atrapalhando

a marcha do progresso, depondo contra as virtualidades futuras da nação (ADORNO,1990: p.9)

O que podemos perceber nesse processo de desenvolvimento da ordem capitalista no Brasil é que a pobreza passa a ser vista como um problema - assim como na Europa - e, mais do que isso, o pobre passa a ser visto como uma ameaça à ordem social, essa ameaça passa a ser digna não só de preocupação de intelectuais, mas também de políticos e outros setores da sociedade. O pobre, considerado vadio, passa a sofrer com a intervenção do Estado e os conflitos com a polícia, que se tornaram freqüentes (VALLADARES, 1991). Nesse período, eram freqüentes as revoltas e isso deu às camadas populares o *status* de “classes perigosas”. Os moradores dos cortiços representaram constante ameaça às elites.

No século XX, a visão sobre a pobreza no Brasil passa por transformações. No século XIX, o País ainda primava por uma economia agrário-exportadora, buscava o ideal de progresso que elevaria a economia nacional para o *status* de uma nação urbano-industrial. Deixar os resquícios de uma nação escravagista para se inserir de vez na dinâmica capitalista foi um sonho alimentado pelas elites durante todo o século XX. Essa mudança de concepção de país também trouxe alterações na forma de lidar com a pobreza, essa, por sua vez, foi reconhecida como uma questão social (VALLADARES, 1991).

Nesse período, principalmente nos anos 30 do século passado, houve uma grande expansão dos centros urbanos, com outras partes do País urbanizando-se, dentre as quais as capitais e importantes cidades, a população urbana do País cresce substancialmente ultrapassando em muito,

[...] O desenvolvimento industrial, e a dinâmica da indústria de transformação na criação de empregos era insuficiente para atender o crescimento demográfico. Compunha este quadro o crescimento desmesurado do setor terciário e o agravamento geral das condições de vida nas cidades, decorrente da incapacidade de se suprirem as necessidades básicas de uma população cada vez maior (VALLADARES, 1991: p.94-95).

A população que se deslocava para os grandes centros, na década de 20 não tinha onde trabalhar e nem como se manter, pois a ocupação urbana da massa pauperizada já não cabe nos cortiços e entram em cena, então, a favela que “se torna a expressão” (VALLADARES, 1991: p.95) de um processo de desenvolvimento desigual ocorrido no pós-1930.

Várias foram as intervenções junto às favelas e aos “favelados”, os discursos e a iniciativa do Estado cujo principal objetivo era acabar com as favelas. A favela, assim como os cortiços, sempre foram vistos como um problema de saúde e os favelados como uma “população meio nomada avessa a toda regra de higiene [alguns intelectuais como o urbanista Alfred Agache] denunciam a favela como um “mal que contagia”” (VALLADARES, 2000, p.17).

Com o passar dos anos — e podemos destacar a década de 50 como um marco —, a visão que era construída sobre a favela passou a se modificar e isso fica evidente no censo demográfico realizado por órgãos oficiais do governo do Distrito Federal de

1950, que chegou a conclusões que desconstroem a representação havia tempos vigentes sobre a população das favelas – antes vista como constituída de vadios e desocupados – e mostrava que essa se constituía de trabalhadores que se “dedicavam aos mais variados ramos, configurando uma população heterogênea quanto a sua inserção no mercado de trabalho e cujo peso dos inativos era pequeno em relação ao que se supunha.” (VALLADARES, 2000: p.24).

Outro fator que contribuiu para a mudança de visão sobre a pobreza nos anos 50 foi a ascensão da teoria da marginalidade social, que retirava a responsabilidade do indivíduo acerca da não inserção no mercado de trabalho e atribuía essa não inserção à incapacidade de absorção do próprio sistema (VALLADARES, 1991).

[...] os pobres não são mais tidos como ociosos ou vadios, passando a ser compreendidos enquanto massa de excluídos, colocados na periferia do sistema econômico com o direito a participação restrito, quando muito, à situação do subemprego. A marginalidade tem expressão máxima na favela, relegada pelos poderes públicos nos anos 50 e 60 e vista como síntese mesma da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana. (VALLADARES, 2000: p.24).

Mesmo com as mudanças supracitadas, a favela continuou a ser vista como um problema e “[...] o termo favelado era e é sinônimo de pobre” (VALLADARES, 1991, p.98). As favelas ainda se convertiam em um mal a ser extirpado, mas a população da favela já não era mais tida como classe perigosa.

Na década de 60, também passam a ser adotados os critérios de renda mínima para inserção em políticas sociais e o pobre será aquele que tem renda inferior a um salário mínimo – que foi instaurado ainda na década de 30, no governo Vargas.

As visões sobre a pobreza vão se complexificando e se alterando com o passar do tempo. Assim, são estabelecidos critérios para definir quem é realmente o pobre, pois a sociedade se complexifica, não é possível continuar a designar o pobre a partir do lugar onde ele mora, ou se ele é assalariado ou não, e o mercado informal passa a ser reconhecido como parte da economia, o pobre passando a ser aquele que não obtém ganhos para sua própria subsistência.

O ápice da industrialização do Brasil foi nas décadas de 70 e 80, época do chamado milagre econômico. O Brasil atravessou as décadas e conseguiu se consolidar como país industrializado, mas o pretense desenvolvimento não veio: o progresso não conseguiu acabar com a miséria. A pobreza persistiu e a modernidade não conseguiu acabar com velhos problemas. Mesmo sendo a 8ª economia do mundo, o Brasil ainda experimenta uma enorme desigualdade e uma grande expansão da pobreza, que passa a ocupar as periferias dos grandes centros, “no que os cientistas sociais brasileiros denominaram periferização” (VALLADARES, 1991: p.102).

As periferias cresceram à sombra das grandes metrópoles e, muitas vezes, eram fruto de ocupações irregulares e agora os pobres não só ocupam as favelas, mas também passam a ser empurrados para fora dos grandes centros em ocupações clandestinas e carentes de estruturas básicas.

[Esse] fenômeno é o resultado de uma combinação de fatores: O empobrecimento crescente dos estratos baixos e da classe trabalhadora em geral; a expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado de aluguel; a crescente especulação imobiliária (SANTOS apud VALLADARES, 1991: p.103).

O crescimento da periferia também representou uma diminuição no número de favelas, no Rio de Janeiro. Valladares (1991, p. 103) afirma que “tal tendência resultou da política incisiva de remoção que eliminou do espaço [intra-metropolitano] nada menos que 80 favelas”

Não só o fim das favelas foi determinante para o crescimento das periferias, como também o grande fluxo de migração colaborou com esse crescimento. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e outras receberam um grande fluxo de migrantes que vinham atrás de oportunidades de emprego e ascensão social – é importante dizer que o desenvolvimento econômico do País também se deu de forma desigual de uma região para outra. É possível dizer que o Sudeste foi a região que centralizou boa parte da riqueza produzida no País.

Nesse período também começa a se projetar uma nova visão sobre quem são os pobres. Isso se dá pelo reconhecimento da economia informal como sendo um espaço de ocupação, como um trabalho, portanto as pessoas ocupadas no setor informal passam a ser reconhecidas como trabalhadores, mais do que isso o pobre passa a ser reconhecido como trabalhador, então se percebe o trabalhador pobre, mesmo o trabalhador regular ou assalariado sofre com a pobreza que se massifica devido principalmente à desvalorização do salário mínimo (VALLADARES, 1991).

Com a gradual mudança no panorama dos grandes centros, entra em cena então outro ator social, o morador da periferia, que, à margem da estrutura da cidade, passa a criar uma identidade coletiva de reivindicação por direitos (VALLADARES, 1991). Os moradores da periferia representaram um movimento de mobilização popular jamais visto na história do Brasil republicano.

É como se, finalmente, se iniciasse o processo de resgate de uma cidadania que muito embora outorgada a todos os brasileiros com a implementação da República ficara, por quase cem anos, restrita na realidade a uns poucos. A compreensão de que o atendimento a necessidades e carências é na realidade direito social, que vem orientando a prática dos movimentos populares, é parte importante deste processo de “atualização” da cidadania (VALLADARES, 1991, p. 105).

Essa nova postura da população pobre gerou e gera vários debates sobre a importância da mobilização popular e principalmente sobre o papel do pobre no processo de garantia da cidadania, mas é importante dizer que, quando Valladares (1991) fala sobre atualização da cidadania, ela está falando do final da década de 80 e início da década de 90 e de lá para cá houve muitas mudanças no quadro político, econômico do País que têm rebatimento direto sobre os movimentos de defesa da cidadania.

No começo da década de 90 foi dado início à implementação agenda neoliberal, que ocasionou um aprofundamento da pobreza e que se mostrara extremamente ofensiva aos

direitos conquistados no final da década de 80, que culminaram na atual Constituição Federal. A ofensiva neoliberal representou uma sucessão de derrotas para os movimentos populares. Mas a implementação do neoliberalismo será fruto de estudos de nosso próximo item.

4 NEOLIBERALISMO E POBREZA

A ideologia neoliberal vem ganhando força no mundo desde a década de 70, mas foi difundida no Brasil a partir da década de 90, com o governo Fernando Collor de Mello. O presidente Fernando Henrique Cardoso foi quem estruturou o Estado brasileiro a partir da concepção neoliberal e em seus dois mandatos promoveu um verdadeiro desmonte do patrimônio público, através das privatizações e da abertura econômica do Brasil ao mercado financeiro internacional.

Conforme afirma Armando Boito Jr.(1996), a ideologia neoliberal vem sendo difundida em toda a sociedade brasileira, atingindo inclusive o senso comum das classes populares. A lógica da privatização, de apologia ao mercado e da empresa privada ganha força em todos os setores da sociedade brasileira. Temos que ressaltar que não se trata de uma nova perspectiva de sociedade, mas, de acordo com Boito Jr. (1996, p.1), trata-se “de uma velha ideologia que desempenha uma nova função política”, que é a de exaltar o mercado e de desconstruir os direitos sociais. A perspectiva neoliberal tende a desregulamentar os direitos conquistados através das reformas do Welfare State nos países centrais e os poucos direitos conquistados pelos trabalhadores nos países dependentes.

No Brasil não chegou a se constituir um Estado de bem-estar social como nos países europeus, mas os poucos direitos garantidos pelo Estado brasileiro tendem a ser desconstruídos, para atender à voracidade do mercado e à política de redução dos investimentos públicos em políticas sociais.

Os direitos garantidos na Constituição brasileira de 1988, que foram fruto de grande mobilização popular, vêm sendo desrespeitados e desregulamentados e até mesmo a Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgada por Vargas, vem sofrendo uma série de ataques em favor da cristalização da informalidade e do subemprego, exaltados principalmente após a adoção de uma nova forma de se produzir na sociedade capitalista.

A nova forma de produzir é fruto do que Antunes (1995) chamou de reestruturação produtiva, que veio revolucionar a gestão do trabalho, misturando flexibilidade, polivalência e inserção de novas tecnologias em favor da intensificação do trabalho, o que culminou em um crescimento brutal do desemprego e da informalidade. Todos esses fatores e mais alguns que aqui não foram citados dão origem a uma nova conjuntura para os trabalhadores, tornando-os cada vez mais pobres e desguarnecidos de direitos. Para Telles (2001, p. 116) “agora os tempos são outros, [pois] as conquistas sociais alcançadas estão sendo devastadas”.

Se os moradores da periferia na década de 70 e 80 se organizaram para reivindicar direitos, a década de 90 representou uma derrota, pois todos esses direitos sociais passam a ser desconstruídos.

[...] Fora as arenas organizadas da economia e da vida social, o destino dessa gente parece, de uma vez por todas, estar na dependência das promessas redentoras de um mercado capaz de absorver os que para tanto tiverem competência e habilidade. Ou então, das práticas (renovadas) da filantropia pública e privada para atender aqueles que deserdados da sorte e incompetentes para exercer suas virtudes empreendedoras no mercado, estão fora do contrato social (TELLES, 2001: p.120).

Essa é lógica do neoliberalismo que individualiza a promoção do bem-estar e dá ao indivíduo a responsabilidade por seu sucesso e caso esse não consiga através do seu esforço ascender socialmente, seu destino é a benesse de terceiros ou os programas de renda mínima do Estado.

Além das políticas de renda mínima do Estado, sobra aos pobres a intervenção policial, pois

[...] na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônico continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria cotidiana (WACQUANT, 2001: p. 8).

As palavras de Wacquant mostram exatamente a realidade vivida na periferia nestes tempos, pois a intervenção do Estado nas favelas e na periferia por muitas vezes se resume à intervenção da polícia, fato que explicita também outra visão que é lançada sobre o pobre da periferia: a do bandido. É importante salientar que, de acordo com Wacquant (2001, p.9), a “violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força,” e que essa tradição atravessou os anos no Brasil se perpetuando até hoje, portanto a violência sempre foi utilizada contra os pobres. A diferença é que de certo modo se agrava no neoliberalismo, isso porque a lógica do Estado mínimo pressupõe que esse seja máximo com relação à coerção com a classe trabalhadora pauperizada.

Nessa rápida passagem pelo neoliberalismo, vimos que a pobreza ainda representa um problema na sociedade, mas é importante salientar que a desigualdade para os neoliberais é fato consumado, até porque, no discurso que é fundamentado em uma suposta liberdade, também é possível observar a defesa da impossibilidade da igualdade, isso porque os liberais ou neoliberais apontam que a igualdade só existe do ponto de vista formal e que todos somos diferentes¹⁶.

¹⁶ Na verdade, hoje há um discurso que “quase naturaliza”, novamente, a pobreza. Veja SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: _____. A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2005. p. 35.

A visão agora hegemônica do Estado brasileiro e de boa parte da população e dos intelectuais na contemporaneidade diverge da teoria da marginalidade social que Valladares nos apresentou, que justificava o desemprego pela impossibilidade de inserção do trabalhador no mercado de trabalho dada uma insuficiência do sistema. Agora o sistema já não é mais visto como culpado pelo desemprego, mas sim o indivíduo, pois na visão de Milton Friedman (1985), o mercado é o reino das liberdades individuais e todos somos livres para vender nossa força de trabalho da forma que quisermos. Os neoliberais ainda acreditam que qualquer intervenção do Estado pode atrapalhar a dinâmica do mercado em seu perfeito equilíbrio, portanto o investimento em políticas sociais seria maléfico para o sistema.

A pobreza então passa a ser aceita e repetidas vezes vamos escutar que existem aqueles que vão ser sempre os “excluídos”, e a idéia de que com a modernidade e com o desenvolvimento se acabaria com a pobreza, passa a ser abandonada e agora a “luta” passa a ser pela redução da pobreza.

5 CONCLUSÃO

Ao chegarmos ao final deste artigo, compreendemos a pobreza como um fenômeno que muda de acordo com as bases sociais historicamente estabelecidas. A pobreza aqui descrita tem fortes raízes no seu tempo, portanto não pode ser explicada como um único fenômeno que atravessou o tempo e as sociedades.

Por isso é importante ressaltar que o pobre e o olhar sobre o pobre mudam de uma forma de organização social para outra e mais, mesmo no capitalismo – como já afirmamos anteriormente – podemos perceber mudanças na pobreza e na forma de se ver a pobreza que muda no transcorrer da história da sociedade capitalista.

O Brasil, que já nasce inserido na divisão internacional do trabalho a partir de relações capitalistas – assim como o resto da América Latina –, mostra que com a dinâmica do capitalismo, a pobreza se intensifica, se dissemina e se torna um problema social de grandes proporções. A pobreza também causa mal-estar para as elites, que tentam de todas as formas combatê-la no transcorrer das décadas, mas que veem esse problema perdurar.

O fato é que o próprio sistema capitalista gera a pobreza. Sua dinâmica de modernização não é compatível com o rompimento da desigualdade e que a pobreza permanecerá sendo presente nas relações sociais de produção capitalistas .

E, por fim, compreendemos que a discussão sobre a pobreza tem outras faces que aqui não foram retratadas e que merecem amplo estudo, pois compreendemos a pobreza como um fenômeno multifacetado e que merece ainda muitas discussões no transcorrer de nossa formação.

6 REFERÊNCIAS

1. ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v. 4, n. 2, p. 9-17, abr./jun. 1990.
2. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Um ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
3. BOITO Jr., Armando. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Critica Marxista, no. 3, São Paulo: Brasiliense, 1996.
4. FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultura, 1985. 2 ed. Col. Os Economistas. (Cap. I e II, p. 17 – 41).
5. LEITE, Izildo Corrêa. Caminhos entrelaçados: pobreza, questão social, políticas sociais e Sociologia. In: MANFROI, Vania Maria; MENDONÇA, Jorge Luiz V. P. (Orgs.). **Política social, trabalho e subjetividade**. Vitória: EDUFES [no prelo].
6. _____. Políticas *sociais* de combate à pobreza: novos olhares, novos lugares. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2006, Vitória. [*Trabalhos apresentados*]. Vitória: UFES, 2006. 1 CD-ROM.
7. _____. Representando a miséria e os miseráveis: desconhecimento, piedade e distância. **Idéias**. Campinas (SP), IFCH/Unicamp, v. 12, n.1, p. 357-410, 2. sem. 2005.
8. TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v. 4, n. 2, p. 37-45, abr./jun. 1990.
9. _____. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**. Salvador, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993.
10. VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991.
11. _____. A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 44, out. 2000.

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM SÃO MATEUS - ES

Cristiane da Fonseca Bronzoni¹⁷
Fernanda Harkbart Martins¹⁸
Milena Machado Queiroz¹⁹
Pablo Sant'Ana Cardozo²⁰

RESUMO

O desenvolvimento deste trabalho almeja identificar, descrever e analisar a prática do profissional de Serviço Social junto ao CASEA – Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente, e as medidas sócio-educativas não privativas de liberdade, ou seja, as medidas em meio aberto, liberdade assistida (Art. 118) e a prestação de serviço à comunidade (Art. 117), aplicadas aos adolescentes aos quais se atribui a autoria de ato infracional, prevista em Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e ao Adolescente, a fim de responsabilizá-los pelo cometimento da prática de atos infracionais, tendo por finalidade a ressocialização e sua inserção na sociedade. A metodologia e os critérios de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais inclui: a sentença e o encaminhamento do Doutor Magistrado da Vara da Infância e da Juventude, acolhimento do adolescente e da família, preenchimento da anamnese, atendimento familiar, e a articulação da rede, dentre outros. Para obtenção dos resultados apontados nesse artigo, realizou-se uma pesquisa investigativa, quali-quantitativa, descritiva com pesquisa de natureza exploratória. Conclui-se que a atuação do assistente social é indispensável, para que seja garantido o acompanhamento dos adolescentes autores de atos infracionais e da família, bem como a aplicação correta da medida sócio educativa e a ressocialização do mesmo.

Palavras-Chave: Medidas Sócio-educativas; Assistente Social; Adolescente.

ABSTRACT

The development of this work aims to identify, describe and analyze the practice of professional social work with the CASEA - Centre for Social Education Adolescents, and socio-educational non-custodial measures, ie measures in an open environment, freedom assisted (Art. 118) and the provision of service to the community (Art. 117),

¹⁷ Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Vale do Cricaré, Professora Titular na Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Campus Paulo Pereira Gomes.

¹⁸ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

¹⁹ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

²⁰ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

applied to teenagers in whom is attributed the authorship of an offense provided for in Law No. 8.069/90 of the Children and Adolescents, to blame them by the practice of committing illegal acts. Since the purpose of the rehabilitation and its place in society. The methodology and criteria of care for adolescents who have infractions include: the sentence and the referral of Dr. Magistrate of the Childhood and Youth, host of the adolescent and family, fill the anamnesis, family assistance, and coordination of the network, among other. To obtain the results of this paper was carried out an investigative research, qualitative and quantitative, descriptive study of exploratory nature. It is concluded that the role of social workers is essential in order to be guaranteed the monitoring of adolescents who have infractions and family, as the correct application of educational and social rehabilitation of the same.

Key Words: Social and educational measures, Social Worker, Adolescent

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1988, sob muitos aspectos, o Brasil inovou e progrediu, com a promulgação da Constituição Federal. Posteriormente, mais precisamente no ano de 1990 foi a questão da infância e da juventude, prevendo uma série de direitos e respectivos deveres em relação às crianças e adolescentes. A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor, classe, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, considerados em sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento e a quem se deve prioridade absoluta, na formulação das políticas públicas e destinação privilegiada de recursos das diversas instâncias político-administrativas.

O presente artigo tem como base os Princípios, Diretrizes e Parâmetros definidos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, e uma ação sócioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos e legalmente estabelecida na Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Ante ao exposto, o município de São Mateus/ES implantou o Centro de Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente, programa executado pela Prefeitura Municipal de São Mateus para atendimento aos adolescentes aos quais se atribui a autoria de atos infracionais.

A proposta do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente consiste no desenvolvimento de um trabalho socioeducativo voltado aos adolescentes em conflito com a lei. Para tanto há necessidade de uma equipe técnica multidisciplinar, focando nosso objeto de trabalho na atuação do profissional de Serviço Social.

Não se pretende esgotar os assuntos aqui abordados, mas, estar abertos a uma manutenção evolutiva em parceria com os adolescentes, famílias, comunidades e com os nossos parceiros da rede social, objetivando uma melhoria contínua e atualizada face às alterações na legislação em vigor.

2 O TRABALHO NO CASEA – CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO AO ADOLESCENTE DE SÃO MATEUS E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

2.1 LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

Cumprindo o objetivo do presente trabalho foi realizada visita técnica ao Centro de Atendimento ao Adolescente de São Mateus/ES - CASEA, onde fomos recepcionados pela Assistente Social e também Coordenadora, que nos possibilitou o acesso aos arquivos dos adolescentes autores de atos infracionais atendidos pela instituição.

O objetivo do CASEA é atender, através de trabalho integrado com os demais órgãos municipais, estaduais, federais, instituições e organização da sociedade civil, a adolescente em conflito com a lei sob as medidas em meio aberto, sentenciados e encaminhados ao centro pela Autoridade Judicial competente.

Baseado em premissas legais na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e SINASE, que determinam a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana e em desenvolvimento e a aplicação de medidas sócioeducativas a adolescentes aos quais se atribui autoria de atos infracionais, o trabalho do CASEA consiste numa intervenção sistemática na questão social da criminalização dos adolescentes, visando a (re) estruturação das relações familiares, proporcionar vivências que contribuam para ampliação da visão de mundo e sociedade dos adolescentes, propiciando a construção de um novo projeto de vida, promovendo o protagonismo em mudanças comunitárias, e a diminuição no índice de reincidência no envolvimento de adolescente no cometimento de atos infracionais.

A mudança de paradigma e consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente sob a Lei n. 8.069/90, ampliou o compromisso e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil por soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo e asseguram aos adolescentes que infracionaram, oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Dessa forma, esses direitos estabelecidos em lei devem repercutir diretamente na materialização de políticas sociais que incluam o adolescente em conflito com a lei.

2.2 DADOS TÉCNICOS

Na verificação *in loco*, foi possível identificar que durante o ano de 2009, foram atendidos 79 adolescentes, dos quais 68 são do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Tal dado permite concluir que a maioria dos adolescentes infratores é do sexo masculino.

Quanto à sua faixa etária, a distribuição dos assistidos pela instituição, informou que: 09% possuíam entre 12-15 anos, 62% possuíam entre 15-18 anos e 08% possuíam 18-20 anos. Observa-se que a maior concentração está na faixa etária intermediária (15-18

anos) sendo possível concluir também que a prática delituosa inicia-se muito cedo entre esses inimputáveis.

Com base nos documentos analisados, 71% dos adolescentes receberam como medida de repressão ao cometimento de ato infracional as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e 08% dos adolescentes a medida protetiva.

2.3 ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO

Esses adolescentes que receberam as medidas acima expostas tiveram os seguintes acompanhamentos pelo profissional de Serviço Social do CASEA:

1. Atendimento individual e em grupo - A prática é atuação específica para promover os aspectos de saúde e sociais do indivíduo atendido, colaborando para a compreensão dos processos intra e interpessoais, utilizando enfoque preventivo ou curativo. Realiza pesquisa, diagnóstico, acompanhamento social, através de diferentes intervenções e abordagens teóricas e práticas.
2. O acompanhamento social ao adolescente busca promover a orientação e reflexão para construção de projeto de vida. Para isso, o assistente social lança mão de instrumentos técnicos e de apoio, restritivos a sua área de competência, para que conjuntamente às oportunidades oferecidas aos adolescentes possam promover efetivamente as expectativas pessoais e sociais do público atendido.
3. Produção de relatórios - A prática nesta atuação refere-se ao âmbito da Justiça, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência. Para tanto, a atuação é centrada na orientação do dado biopsicossocial, repassado não só para os juristas como também aos sujeitos que carecem de tal intervenção. Contribui para a formulação, revisões e interpretação das leis para os devidos encaminhamentos.
4. PIA – Plano Individual de Atendimento – Na construção do PIA, o atendimento é individualizado com o propósito de avaliar os avanços e retrocessos dentro do processo no cumprimento da medida socioeducativa imputada ao adolescente.
5. Atendimento familiar - A atuação com o sujeito parte de uma perspectiva histórica, considerando a permanente integração entre indivíduo e o social. Neste sentido, o significado da prática é desenvolver um trabalho desde esta perspectiva de homem e da sociedade, possibilitando assim atingir qualquer área do indivíduo, familiar, comunitária, escolar e social.
6. Visitas domiciliares – O instrumento social possibilita a intervenção com o adolescente atendido e a família no local de sua vivência cotidiana, aproximando o programa do adolescente, convívio social e necessidades.

7. Ter um olhar diferenciado (afetivo) sobre o adolescente, desenvolvendo a sua capacidade de ver, ouvir, sentir antes de julgar e agir.
8. Ampliação do conhecimento da problemática do adolescente para compreender a prática do delito como resultante de fatores estruturais da sociedade.
9. Dispor de agilidade no enfrentamento e soluções dos conflitos.
10. Ser humilde, mas ao mesmo tempo decidido na hora de por limites e cobrar os compromissos assumidos pelo adolescente/família.
11. Evitar qualquer forma de paternalismo, ajudando a desenvolver nos adolescentes os valores da liberdade, responsabilidade e autonomia.
12. Manter sigilo a respeito da situação biopsicossocial e processual do adolescente assistido.
13. Além dessas atribuições, para o desempenho profissional exige-se tempo disponibilizado para planejamento, contatos profissionais, reuniões de equipe e articulação com a rede socioassistencial, bem como, coordenar e participar de reuniões, como proponente e executor das políticas públicas.

Entende-se que, na tentativa de reinserir o adolescente na família, na comunidade e na sociedade, o número de reincidência na prática do ato infracional é quantitativo, em um espaço curto de tempo, pois quando o adolescente recebe as medidas de liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade ou a medida de proteção, estas entendem como sendo tais medidas brandas, assim reincidem no cometimento de novas práticas infracionais do mundo do crime.

Dentre as justificativas para o número excessivo de reincidências, foi possível verificar com a assistente social da instituição que os elementos de maior influência em sua conduta são a dependência química, a influência de outros adolescentes ou adultos que os induz a prática de atos infracionais, as dificuldades sociais de sobrevivência e as pressões de consumo impostas pela lógica consumista da sociedade e do mercado.

Os possíveis dados fornecidos pela profissional de Serviço Social mostraram-nos tendenciosamente que, as tipificações de atos infracionais mais praticados pelos adolescentes acompanhados pelo CASEA são: roubo, tráfico, furto e homicídio.

Com base nos arquivos analisados, observa-se que, a maioria dos adolescentes autores de atos infracionais que receberam as medidas socioeducativas de liberdade assistida, prestação de serviço e proteção são homens, com faixa etária entre 15-18 anos, renda familiar baixa, reincidentes, motivados por vícios e dependências.

O acompanhamento social possibilita aos adolescentes um trabalho de acompanhamento, auxílio e orientação, facilitando *reflexões sobre o ato* infracional, valores morais e éticos, possibilidades de desenvolvimento pessoal, profissional,

familiar e social. Considerando sempre a expectativa de reorientação da vida pessoal e social do adolescente.

Somado a isso, muito embora a Lei disponha de um padrão ideal para ressocialização de adolescentes, a realidade quanto ao cumprimento de medida socioeducativa não privativa de liberdade demonstra a inaptidão do ente estatal através de suas instituições e de sua política pública tratar de forma eficaz os adolescentes infratores de modo a reduzir a reincidência e a prática delituosa.

3 METODOLOGIA

O presente artigo abordará o tema através de uma pesquisa investigativa, do tipo quali-quantitativa, bibliográfica, descritiva com pesquisa de campo exploratória.

Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 60), “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”. Essa pesquisa não é uma repetição do que já foi dito ou publicado sobre determinado assunto, mas favorece a análise de um tema sob novo enfoque, chegando a conclusões inovadoras.

A pesquisa quali-quantitativa tem por objetivo investigar a realidade e saber o que acontece de fato. Já a descritiva, observar-se uma situação e após análise são buscadas soluções para a mesma, como é definido abaixo.

O tipo de pesquisa que se classifica como "descritiva", tem por premissa buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas com peritos para a padronização de técnicas e validação de conteúdo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007, p. 65).

A pesquisa de campo origina-se a partir da observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem na real, coletando os dados e por último, interpretando e analisando os mesmos. Dentre os mais diversos tipos de pesquisa de campo, utilizaremos a exploratória, que visa à compreensão de vários aspectos da sociedade, como é definido abaixo.

Exploratórios - são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar os conceitos. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 190)

Terá caráter quali-quantitativa, em que não nos limitaremos apenas na descrição dos fatos, mas analisando toda a complexidade daquela realidade social. Essa pesquisa nos possibilitará acompanhar junto ao CASEA, como o profissional de Serviço Social atua com os adolescentes autores de atos infracionais e compreender os diferentes aspectos dessa realidade.

4 ESTUDO DE CASO

Analisando o questionário de campo, concluímos que os atendimentos individuais psicológicos e sociais ocorrem regularmente.

As visitas domiciliares acontecem de acordo com a demanda, ou seja, só são realizadas quando necessário.

As reuniões de familiares acontecem mensalmente em grupos temáticos, na penúltima semana de cada mês e em acompanhamento familiar individual agendado com cada adolescente e familiares.

As oficinas socioeducativas ocorrem de acordo com cronograma e disponibilização do recurso financeiro pelo IASES.

A importante parceria que acontecerá no presente ano é com o IASES e o Governo do Estado, com a celebração de um convênio no valor de R\$ 242.000,00 para oferecer oficinas socioeducativas aos adolescentes atendidos e estendida aos familiares. O trabalho também é baseado em parcerias com a rede municipal de serviços sócioassistenciais, propondo fortalecer os contatos com o Programa de Saúde Mental e toda a rede de saúde, Secretaria de Ação Social, a partir do encaminhamento do assessor jurídico e todos os programas sociais, CONDISAM – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria de Educação e Escolas, e Vara da Infância e Juventude deste município.

Espera-se que o acompanhamento psicossocial e o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto possibilitem aos adolescentes reflexões sobre o ato infracional, valores morais e éticos, possibilidades de desenvolvimento pessoal, profissional, familiar e social. Considerando sempre a expectativa de reorientação da vida pessoal e social do adolescente.

5 CONCLUSÃO

Observou-se o quão profundo é este tema, visto que envolve adolescentes interagidos com a prática de atos infracionais, mas que tem interiorizado na sua personalidade ainda em processo de formação, uma profundidade de receios, medos, tristeza, frustrações, angústias, limitações, desejo de poder ter novas oportunidades diferentes das impregnadas pelo capitalismo e conseguir ser um referencial de mudanças. Na verdade, os adolescentes autores de atos infracionais são postos em grande evidência pela sociedade, que critica as suas condutas descompassadas com a normalidade social.

Intensificando o acompanhamento, o apoio e a promoção da família para que ela possa consciente dos seus direitos e deveres, reconhecer a sua importância no processo de desenvolvimento do adolescente e ampliar a sua participação na vida social dele, intervindo nas relações que se estabelecem de forma excludente, estigmatizante e de violação dos seus direitos.

O dever do Estado e o papel da sociedade é ressocializar estes adolescentes autores de atos infracionais. Para tanto, são aplicadas as normativas prevista na Lei nº 8.069/90, em consonância com Sinase, com o objetivo de alertar o autor de ato infracional à conduta anti-social praticada e reeducá-lo para a vida em comunidade.

O adolescente autor de ato infracional é responsabilizado pelo cometimento de suas práticas de atos infracionais de acordo com as condições de individualidade e peculiaridade definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O cumprimento das medidas socioeducativas promove o resgate da cidadania dos adolescentes no tocante aos seus direitos e deveres, sendo essas medidas socioeducativas um fator determinante no processo de inclusão do menor no convívio social.

Portanto, as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, de caráter sancionatório e socioeducador, devem ser mantidas e regularmente aplicadas, a fim de respeitar os direitos básicos legalmente auferidos aos impúberes e púberes na orla jurídica.

Se um adolescente autor de atos infracionais deixa a práxis para ser agente transformador dela, porque lhe foram proporcionadas situações de socialização, igualdade, justiça e cidadania, a finalidade da medida estará cumprida, ganhando a própria sociedade.

Enfim, o objetivo da medida socioeducativa imposta a adolescentes autores de atos infracionais é o auxílio, a promoção, e a orientação, fazendo com que os adolescentes excluídos da família, comunidade e sociedade recuperem a liberdade moral.

Avaliando como fragilizada a relação da rede de articulações e de ações, analisando que este trabalho realizado com os adolescentes em conflito com a lei deve ser planejado em várias instâncias e por vários profissionais, necessitando que o trabalho seja realizado pelas redes sociais de assistência locais, para que se promova efetivamente o crescimento de uma cidadania refletida e orientada por um processo socioeducativo.

Foi possível verificar que muito embora a Lei detenha um padrão, a realidade encontra-se muito aquém de atingir os objetivos previstos na norma.

6 REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 19. Ed. São Paulo: Atlas, 2002
2. BRASIL. Constituição (1988). Lei nº 8.069/90/ Estatuto Da Criança e do Adolescente. São Paulo, Malheiros, 1993.
3. CARVALHO, Jeferson Moreira de. **Manual Funcional: estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1997.
4. CASEA, Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente, São Mateus/ES.

5. CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
6. CURY, Munir; et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado**/Cury, Garrido & Marçura. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
7. KAMIINSKI, André Karst. **O Conselho Tutelar, a Criança e o Ato Infracional: Proteção ou Punição**. Canoas: Ed. Ulbra, 2002.
8. LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007.
9. **SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo / Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF:CONANDA,2006.**
http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/sinase/
10. TAVARES, José de Farias. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
11. THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
12. VIDAL, Luís Fernando Camargo de Barros. **Medidas Sócio-Educativas**. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais n° 37 (org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Josete Pertel²¹
Maria Ocidelma Lopes Gonçalves²²
Marizete Zanelato²³
Vera Lucia Chieppe Fidelis²⁴

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo estudar a inclusão dos indivíduos/profissionais com deficiências nas empresas e como é a atuação do Assistente Social/Gestores nesse âmbito. Para tal, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica no sentido de referendar autores que também discutiram o tema ou assuntos similares. Verificou-se que as políticas públicas para a inclusão estão passando por um processo de reestruturação, o que exige um constante aprendizado, crescimento, investimento e participação pública e social para a prevenção e resolução dos problemas que se encontram presentes no cenário nacional. Urge que toda transformação e mudança demandam de conhecimentos, de vontade política e que esta seja transparente e democrática.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Transformação. Deficiência.

ABSTRACT

This research aims to study the inclusion of individuals / professionals with disabilities in enterprises and how the actions of the social worker / managers in this area. This will be developed a literature in the sense that countersign authors also discussed the issue or similar issues. It was found that public policies for inclusion are undergoing a restructuring process, which requires a constant learning and growth, investment and social and public participation in preventing and resolving problems that are present on the national scene. Urge that all transformation and change require knowledge, political will and that is transparent and democratic

Keywords: Public Policy. Transformation. disabilities

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos, as pessoas com deficiência ficaram excluídas da sociedade, por serem consideradas como incapazes de conviver e sobreviver como os ditos “normais” não tendo a oportunidade de construir e, assim, de mostrar suas capacidades.

²¹ Doutora em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Professora da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

²² Pós-Graduada em Gestão Pública da Assistência Social pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

²³ Pós-Graduada em Gestão Pública da Assistência Social pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

²⁴ Pós-Graduada em Gestão Pública da Assistência Social pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

Desde o final do século passado, a humanidade tem vivido acontecimentos históricos, provocando no homem uma busca por uma melhor qualidade de vida, inclusive no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência na educação, no mercado de trabalho e em todos os âmbitos da sociedade.

Atualmente, apesar de muitos debates e discussões que aconteceram acerca da inclusão dos deficientes físicos, percebe-se que, em relação ao mercado de trabalho, ainda gera dúvidas e incertezas em meio a todos que dela fazem parte e de pessoas interessadas em obter conhecimentos no assunto.

Nesse contexto, surge um questionamento: Como está ocorrendo o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho?

Baseando-se nessa problematização, o presente trabalho tem como objetivo geral estudar a inclusão dos indivíduos/profissionais com deficiências nas empresas e como é a atuação do Assistente Social/Gestores nesse âmbito.

Esta pesquisa tem por relevância instigar as pessoas com deficiência a descobrirem o verdadeiro sentido da Inclusão e perceber a possibilidade de construir uma sociedade mais justa, baseando-se na capacidade (ou as vantagens) de se conviver com as diferenças.

2 A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em 1975, após incessantes lutas e movimentos em prol das pessoas com deficiências, independente do grau e do tipo, cria-se a "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes". Trata-se de uma resolução elaborada pela Organização das Nações Unidas, aprovada em Assembléia Geral e mundialmente abordada em 1981 – cuja denominação foi: Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), apresentando como tema Participação e Plena Igualdade (SASSAKI, 1997).

Baseando-se nesse movimento mundial no Brasil, em 1989, O Presidente da República José Sarney, sancionou a Lei 7.853, publicada em 24 de outubro, referindo sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), instituindo a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público e definindo crimes (RIBEIRO, 2001).

Ainda de acordo com o autor, o texto legal instituía que na sua aplicação e interpretação seriam considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, além de outros, indicados também na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito (SACRISTAN, 2002).

A referida Lei 7.853 tinha como meta garantir às pessoas com deficiências as ações governamentais necessárias ao perfeito exercício de seus direitos básicos, inclusive à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo, à infância e à maternidade, e de outros que propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie. Bem como indicou a obrigação a cargo do Poder Público e da sociedade, criando um direito público subjetivo (RIBEIRO, 2001).

Para Ribeiro (2001), como forma de regulamentar a lei em questão, foi publicado o Decreto 914, de 06/12/93, posteriormente, revogado pelo atual Decreto 3298/99, que instituiu a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Assim como a lei referendada, a instituição dessa ideologia objetivou assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais daquelas pessoas.

2.1 O QUE GARANTE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição, em seu artigo 5º, cuida de exaltar certos valores, direitos de pessoas ou grupos, que necessitam de proteção especial, especificamente ou distinguindo tais situações. Dessa forma,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, p. 8)

Entende-se, parodiando Sacristan (2002), que a igualdade de tratamento, deve ser quebrada diante de situações lógicas que, claramente, reafirmem tal ruptura. É, portanto, razoável compreender que a pessoa portadora de deficiência tem, pela sua própria condição, direito à quebra da igualdade, em situações nas quais participe com pessoas sem deficiência.

Vale ressaltar, dessa forma, que a pessoa com deficiência tem direito a um tratamento especial de saúde ou à criação de programas de educação especial ou, ainda, ao acesso livre a qualquer local, por meio da eliminação das barreiras arquitetônicas e obstáculos que possa vir a encontrar (SACRISTAN, 2002).

Nesse âmbito, conforme Brasil (1988), a preservação do direito à igualdade, preconizado pelo art. 5º, inciso I, é o que está oculto no direito à integração da pessoa com deficiência.

Segundo a Constituição Federal (1988, p. 10) os direitos sociais são inseridos no artigo constitucional 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Pode-se “afirmar que a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência”, instituída pela Lei n. 7.853/89 necessita, efetivamente: a) garantir o direito à inclusão

social dessas pessoas, ou seja, seu direito à igualdade, porque, muitas vezes, os indivíduos, são possuidores da norma na forma da lei, mas não há como promovê-la sozinhos, pois não depende exclusivamente deles, tornando-os subordinados a outras pessoas ou segmentos da sociedade; e b) buscar atender aos anseios dos movimentos tendo por líderes aqueles que devem obter benefícios dela. Ou seja, o substrato jurídico deve atender à perspectiva social e, mais uma vez, garantir o direito à igualdade das pessoas portadoras de deficiência, porque, nem sempre, a vontade do legislador representa as necessidades da coletividade ou dos grupos que a norma jurídica editada procurou proteger (RIBEIRO, 2001).

Dessa maneira, sendo o direito à inclusão social pressuposto do direito à igualdade da pessoa portadora de deficiência, este, por sua vez, se apresenta como o princípio regente dos direitos fundamentais de segunda geração, formados a partir dos direitos sociais, culturais e econômicos. A inclusão das pessoas com deficiência visa à preservação da igualdade, e o direito à inclusão social dos portadores de deficiência também integra a segunda dimensão dos direitos fundamentais (BOBBIO *apud* ANDRADE, 2008).

Embora se perceba que a Constituição já contempla esses direitos - à igualdade, à cidadania e à democracia - também se pode afirmar que esse texto, para se tornar eficaz deve ser explicitado o sujeito desses direitos: pessoas com deficiências, no sentido de efetivar o seu exercício (BRASIL, 1988).

2.2 LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993, p. 2) sua aprovação no ano de 1993, onde indicava que “[...] a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade estatal.”

Boschetti (*apud* ANDRADE, 2008) expõe que dessa forma, estando prescrita nos parâmetros legais, coloca-se para a sociedade, de maneira integral, o grande desafio da negação ao paradigma assistencialista, filantrópico e clientelista, características históricas para prática de assistência social no Brasil. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social, representam um novo marco na luta pela superação da:

[...] descontinuidade, pulverização e paralelismo, além da forte subjugação clientelista no âmbito das ações e serviços; centralização tecnocrática, fragmentação institucional, ausência de mecanismos de participação e controle popular e opacidade entre o público e o privado na esfera da gestão governamental e da atuação de entidades assistenciais que recebem recursos públicos (BOSCHETTI *apud* ANDRADE, 2008, p. 9).

Constituindo-se no campo de oposição à dinâmica neoliberal instalada no Brasil, a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social - (1993), propõe uma nova diretriz para a política de assistência social, representando a possibilidade de migrar do campo do ‘não-direito’ para o campo de direito social de cidadania. Essa lei ainda prevê a implementação do sistema de gestão descentralizado e participativo, com a ação ativa dos usuários através de organizações sociais da sociedade civil. Projetam-se, assim,

grandes potencialidades para se promover o avanço do sistema de garantia de direitos sociais de cidadania no Brasil, considerando-se para tanto a luta e resistência mediante aos ajustes neoliberais.

Considerando a afirmação de Couto (*apud* ANDRADE, 2008), onde diz que “o direito é um produto histórico, construído pelas lutas da classe trabalhadora, no conjunto das relações de institucionalidade da sociedade de mercado [...]”. A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993, p. 6) em seu artigo 5º, indica avanços significativos em sua forma de gestão, podendo-se verificar nos seguintes parâmetros:

- I - descentralização político-administrativa, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II – participação da população, por meio de organização representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

A partir dessas evidências, torna-se clara a responsabilidade do Estado em estabelecer, promover e manter a assistência social dos cidadãos.

3 PRÁTICAS SOCIAIS DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO

De acordo com Alborno (2001), o trabalho é uma forma que o homem encontrou com o objetivo de se incluir na sociedade podendo assim, suprir suas necessidades. Assim, a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho se deu a parti da década de 60.

A mesma autora acrescenta que há um desafio no que tange à sua preparação para a profissionalização, já que a inclusão como já visto não se resume apenas a introduzir o indivíduo numa empresa, mas em preocupar-se com seu desenvolvimento junto aos demais, mesmo que existam limitações.

3.1 MODALIDADES DE TRABALHO

Ciszewski (2005, p. 81) apresenta que dentre as modalidades de trabalho executadas pelas pessoas com deficiências estão: “o trabalho autônomo, em regime de economia familiar, em oficina protegida de produção, em cooperativa social, em regime de economia familiar, em oficina protegida terapêutica, como micro ou pequeno empresário, em regime estatutário, e formal”.

Sobre o trabalho autônomo, ele (o mesmo autor) explica:

O trabalhador autônomo não coloca a disposição de outrem a sua energia, como o faz o trabalhador empregado, mas a executa ou fornece a um comitente uma obra determinada ou um serviço em conjunto encarado como o resultado de sua atividade, que é exercida fora do âmbito da organização profissional do comitente (p. 82).

Albornoz (2001) insere que há uma grande variedade de trabalhadores com deficiências autônomos, entre muitos: profissionais liberais, vendedores, encanadores, costureiros, vendedores ambulantes de refeições, etc. E, à medida em que o trabalhador autônomo assume os riscos de sua profissão ou atividade, assemelha-se ao empresário, se diferenciando deste justamente por não ter uma estrutura empresarial. Este tipo de trabalhador, na qualidade de contribuinte individual, é assegurado obrigatório da Previdência Social.

Os serviços socio sanitários e educativos devem ser organizados e executados de tal maneira que o aspecto socio sanitário e/ou educativo prevaleça sobre o produtivo. A produção não é excluída, mas as operações devem ser programadas visando a assegurar à pessoa em desvantagem condições de capacitação para o exercício de atividade remunerada. A remuneração que as pessoas portadoras de deficiência recebem pelo trabalho efetuado, ou a participação na venda dos produtos do trabalho, não desfigura o caráter socio sanitário ou educativo (CISZEWSKI, 2005, p. 90).

O autor destaca que a organização de seu trabalho, especialmente no que diz respeito a instalações, horário e jornadas, deve levar em conta e minimizar as dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem que nelas trabalham, para que desenvolvam e executem programas especiais de treinamento com o objetivo de aumentar-lhes a produtividade e a independência econômica e social.

Ciszewski (2005) enfatiza que, em relação ao trabalho em regime de economia familiar, se constata que a Organização Internacional do Trabalho exclui as aplicação das convenções sobre idade mínima as empresas em que trabalham “unicamente” membros da mesma família.

A pessoa com deficiência que desempenha atividade de trabalho insere-se no mercado competitivo e garante sua subsistência em igualdade de condições com outras pessoas, uma vez que proporciona, com o trabalho remunerado, sua emancipação econômica e pessoal (CISZEWSKI, 2005, p. 93).

Conforme o mesmo autor, o estatuto, o empresário e a sociedade empresarial são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, baseado na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Segundo a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso VIII, a lei deve reservar um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiências e definir adequadamente os critérios de sua admissão/efetivação. Neste aspecto, a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, em relação a pessoa com deficiência, estabeleceu normas gerais sobre o direito à educação, saúde, formação profissional, trabalho, área de recursos humanos e área de edificações. Para a regulamentação dessa lei, o Executivo baixou o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, consolidando e delimitando as normas cabíveis de proteção e instaurando outras providências. Tal decreto, em seu art. 37, parágrafos 1º e 2º afirma que:

O candidato com deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face de classificação obtida. Caso a aplicação do

percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente (BRASIL, 1999).

A Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União), art. 5º, reservou um percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos.

Assim,

[...] em concursos públicos federais, (no âmbito da Administração Pública Federal, ou seja, empresas públicas federais, sociedade de economia mista pública, autarquias federais, fundações públicas federais e também a própria União) até 20% (vinte por cento) das vagas são reservadas às pessoas portadoras de deficiência. Nos estados da federação e nos municípios este percentual varia, não sendo o mesmo em todos eles. Por exemplo, no Estado de Minas Gerais, a Constituição Estadual estabelece a cota de 10% (dez por cento) para os deficientes. Caso nenhum portador de deficiência seja aprovado em um concurso, desconsideram-se as vagas reservadas para eles (BRASIL, 1990).

3.2 EMPREGABILIDADE E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

O Censo 2000 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- - IBGE (2000) aponta para constatação de que o desemprego afeta todo Brasil, entretanto é mais latente entre as pessoas com deficiências. Entre as causas prováveis estão a falta de formação dessas pessoas e o desconhecimento das empresas em relação às reais capacidades e aptidões destas.

Segundo Sasaki (2003), as dificuldades das pessoas com deficiências adquirirem capacitação profissional estão por toda sociedade e, muitas vezes, começam na casa delas. Ele defende que.

[...] as barreiras à empregabilidade e à capacitação profissional podem estar na própria pessoa deficiente e seus familiares, assim como nos empregadores, nos potenciais colegas de trabalho, nos professores escolares e nos instrutores profissionalizantes. E podem estar no espaço urbano, nas edificações, nos transportes, bem como nas metodologias, nos instrumentos, na comunicação e nos programas e políticas disponíveis na sociedade (SASSAKI, 2003, p. 72).

Ainda para o autor, a falta de qualificação para o trabalho falta de estímulo e apoio da família, falta de informação e preconceito dos empregadores, contribuem para que a sociedade desconsidere o potencial das pessoas com deficiência. Diante deste contexto abre-se espaço para que sejam criadas as barreiras atitudinais e físicas, o que dificulta ainda mais a inserção social dos deficientes. Um outro problema que contribui para isso, é que, as pessoas que tem algum tipo de deficiência estão mal preparados para o mercado, possuindo baixa escolaridade e falta de experiência profissional. "As empresas precisam encontrar posições, dentro de seu quadro funcional, onde as pessoas deficientes desenvolvam seu trabalho e suas aptidões e a partir daí realizar os ajustes necessários para adaptá-la.

Dados da Organização das Nações Unidas - ONU (1999) indicam que aproximadamente 386 milhões de pessoas com deficiência, no mundo, têm entre 15 e 64 anos de idade. Fazendo-se compreender que estão em idade de atuar no mercado de trabalho.

De acordo com Ciszewski (2005), em 2001 a Organização Internacional do Trabalho – OIT reuniu um grupo de especialistas representantes de 20 países (desenvolvidos e em desenvolvimento) para um estudo, em que se concluiu que as pessoas com deficiências participam e trabalham em todas as atividades. Isso em nível mundial. Conforme decidido pelos participantes dessa Organização, foi desenvolvida uma lista de recomendações gerais dos empregados, dos representantes dos empregados e responsabilidades das autoridades competentes.

As recomendações são muitas, entretanto, em nível nacional, a legislação brasileira conta com um apoio específico na inserção das pessoas com deficiências no mercado formal de trabalho, que é a Lei de Cotas, criada no ano de 1991, sob o nº: 8.213. Ela se destina a reserva de vagas de emprego para pessoas com deficiência (habilitadas) ou acidentados de trabalho que recebem benefício da Previdência Social (reabilitados). Sua validação é pertinente a empresas com 100 ou mais funcionários e as cotas variam entre 2% e 5% dos postos de trabalho (CISZEWSKI, 2005).

A maioria das empresas até agora contrata apenas porque se vêem obrigadas a cumprir a lei. Acaba então contratando poucos, de forma atabalhoada, sem muitos critérios, sem planejamento e, portanto, sem haver real comprometimento com a empregabilidade (CLEMENTE, 2004, p. 170).

Outro ponto importante nessa contratação é a total falta de alcance das limitações dos portadores de deficiência, já que funcionários de recursos humanos, assistentes sociais, médicos do trabalho e líderes de áreas empresariais não têm preparo suficiente para isso. Alguns, durante uma seleção, se sentem constrangidos de fazer determinadas perguntas ao recrutado. A esse respeito, Clemente (2004, p. 170), acrescenta:

Muitos recrutadores e selecionadores se sentem constrangidos em entrevistar e então não perguntam o simples: “o que você consegue fazer, o que não consegue e quais adaptações são necessárias para conseguir fazer?” Muitos instrutores ficam inseguros quando sabem que na próxima turma de treinamento haverá um cego ou um surdo. Muitos médicos não sabem como fazer o exame admissional num paraplégico que foi acometido de lesão medular.

Como já mencionado anteriormente por Clemente (2004), a contratação passa a ser uma obrigação apenas, já que a lei existe e deve ser colocada em prática. Há também a falta de incentivo governamental para qualificar profissionalmente e contratar pessoas com deficiências. Quando se coloca esse incentivo, reporta-se, não para a redução ou mesmo isenção fiscal ou tributária, mas para, por exemplo, a disposição de financiamento a juros mais baixos para poder realizar de fato a acessibilidade das pessoas com deficiências, a partir das adaptações necessárias e da compra de equipamentos que darão maior profissionalismo a estes trabalhadores.

3.3 PROFISSIONALIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Clemente (2004) assegura que o mercado de trabalho passa por grandes alterações, com a globalização mundial, que vem acompanhada de uma rápida transformação tecnológica afetando diretamente as pessoas e os negócios. O mundo vive a era da tecnologia e da informação. Os processos de produção e a organização do trabalho giram em torno dos avanços tecnológicos e da distribuição de informações. Nesse intento, a formação para o trabalho é parte de um processo educativo muito amplo, que inclui em uma primeira fase a educação prévia, promovendo condições efetivas de trabalho, posteriormente, a formação profissional.

Conforme Ciszewski (2005, p.99),

As pessoas portadoras de deficiência necessitam de uma formação profissional ligada aos serviços de educação, reabilitação funcional, saúde e, em alguns casos, devem passar por um processo de adaptação das condições de trabalho.

Assim, para o mesmo autor, para se considerar efetiva a integração da formação profissional da pessoa com deficiência, a sociedade deve intervir ativamente nos diversos setores, tais como as instituições do setor educativo, do setor da saúde e reabilitação.

A orientação profissional deve realizar-se num processo contínuo, de modo que possa beneficiar as pessoas no desenvolvimento da auto-estima por meio de suas habilidades para o trabalho. Devem ser beneficiados com a orientação profissional não só os adolescentes que necessitam de conselhos sobre sua futura carreira, mas adultos que também carecem de informação sobre emprego ou sobre problemas afins ao exercício da profissão (CISZEWSKI, 2005, p. 102).

4 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA E SEU ATENDIMENTO AO TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA

Conforme já explicitado no capítulo anterior, a Constituição Federal (1988) se reveste no mais recente e substancial avanço no campo dos direitos sociais no Brasil. Isto decorre por consagrar a concessão dos direitos de maneira universal, o que a identifica como uma “Constituição cidadã”. Nesse intento, a Assistência Social é reconhecida como política pública, de direito do cidadão e dever do Estado.

Sobre o capítulo seguridade social, nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, está o seguinte conteúdo:

Art.203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridades social, e tem por objetivos: I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- o amparo às crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de

deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provido por sua família, conforme dispuser a lei.

Artigo 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e a execução das normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988, p. 42)

Para Andrade (2008) há, em âmbito nacional, uma preocupação mais intensiva em relação às empresas e a sua responsabilidade social para com os funcionários, para com as suas respectivas famílias e para com a sociedade como um todo. Dessa forma, o profissional de Assistência Social passa a integrar o contexto empresarial de maneira mais efetiva. Papel que antes era designado a funcionários do setor de Recursos Humanos das empresas, que não possuíam conhecimentos específicos na área social, executando ações leigas, sem nenhum embasamento que os respaldasse em suas ações incoerentes.

[...] a Assistência Social é comumente confundida e associada com ações de caridade, de ajuda, de dever moral, ou então com ações públicas emergenciais, pontuais e assistencialistas. Frente a essa cultura moral-conservadora, é fundamental a afirmação constante da assistência social enquanto política pública garantidora do direito à proteção social universal, sem ignorar ou minorar, o grande desafio que constitui a superação da herança política-cultural conservadora e assistencialista. Faz-se necessário, percorrer um longo caminho de reconstrução e resignificação do papel central a ser desempenhado, especialmente pelos sujeitos signatários do direito à assistência social, construindo uma leitura crítica de sua própria condição sócio-política, despertando para o exercício coletivo do protagonismo político, no processo árduo e conflitivo da afirmação e materialização do direito (ANDRADE, 2008, p. 39).

Dessa forma, a inserção dos Assistentes Sociais nas empresas é um ponto de partida que eleva a qualidade do atendimento que cada uma realiza aos seus funcionários. Para melhor compreender como se dá a ação desse profissional, (CÉSAR, *apud* RIBEIRO, 1999) insere que a atuação do Assistente Social nas empresas exige o desenvolvimento de algumas características essenciais, como: ter conhecimento para que não deixe sem respostas quem vier buscar informações. Para isso, o profissional de Serviço Social tem que dominar as políticas da empresa, bem como conhecer a rotina de todos os empregados para que possa responder as perguntas que surgirem de forma coerente; ter competência para que as atividades executadas por esses profissionais sejam feitas da melhor forma possível, com exatidão e agilidade; manter atmosfera positiva de forma que os usuários, ao procurarem o setor de Serviço Social, sintam-se num ambiente agradável, onde a comunicação é feita de forma horizontal, fluente e clara; trabalhar com cooperação para que sua equipe de trabalho obtenha êxito, através da responsabilidade para com as metas da empresa, buscando sempre melhorar a produtividade e a qualidade.

5 CONCLUSÃO

No que concerne à inclusão das pessoas com deficiências no mercado de trabalho e na sociedade, percebeu-se, no decorrer da pesquisa bibliográfica, que suas famílias e algumas organizações têm sustentado uma luta permanente pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos.

Também se constatou que a formação profissional é um direito da pessoa com deficiência e visa à sua integração produtiva e cidadã na vida em sociedade.

É importante que se efetive a inclusão e, com ela a acessibilidade (nos cursos oferecidos pelas instituições públicas e privadas) por meio de adequações e apoios em relação aos programas de formação profissional e preparação para o trabalho, de forma que seja viabilizado o acesso das pessoas com deficiências aos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, bem como a transição para o mercado de trabalho.

Tais adequações e apoios – que representam a colaboração para uma formação profissional inclusiva – se concretizam através de: flexibilizações e adaptações dos recursos instrucionais: material, equipamento, currículo e outros; capacitação de recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, curriculares e de comunicação e sinalização, entre outras; encaminhamento para o mundo do trabalho e acompanhamento de egressos.

Também se torna viável que as empresas de formação profissional realizem parcerias com escolas especiais, públicas ou privadas, tanto para construir competências necessárias à inclusão das pessoas com deficiências em seus cursos quanto para prestar assistência técnica e convalidar cursos profissionalizantes realizados por essas escolas especiais. Nesse sentido, na perspectiva de contribuir para um processo de inclusão social, as empresas profissionalizantes poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com deficiências não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desses procedimentos, para o mundo do trabalho.

A educação profissional da pessoa com deficiência pode ocorrer em escolas especiais, públicas ou privadas, sempre adequando seus conhecimentos às limitações dos instruídos. Nesse caso, podem ser oferecidos serviços de oficinas pré-profissionais ou oficinas profissionalizantes, de caráter protegido ou não.

É preciso valorizar as políticas públicas de inclusão internacionais e nacionais, pois as mesmas representam um avanço cultural, social e político, no que diz respeito aos direitos humanos. Por outro lado, é necessário refletir o que está implícito no conteúdo desses documentos, pois é preciso ficar atento para interpretar os argumentos e normativas de cada dispositivo, para que seja possível consolidar, de fato, a inclusão de todos os cidadãos.

Finalizando, é necessário, ainda, reconhecer a importância de colocar a prática da inclusão em vigor, e não apenas saber apontá-la nas leis pertinentes existentes. Mais que isso, é imprescindível que as empresas acompanhem a inclusão das pessoas com

deficiências e motivem a sua permanência e qualidade de vida no trabalho, bem como os seus direitos enquanto cidadãos.

6 REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Iraci de. **Direito à Proteção Social: Desafios para sua materialização.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IIIImostra/ServicoSocial/61778%20%20IRACI%20DE%20ANDRADE.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2012.
2. BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. **Texto do Decreto-Lei n.º 5.452**, de 1 de maio de 1943, atualizado até a Lei n.º 9.756, de 17 de dezembro de 1998. 25 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1990.
3. _____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.
4. CISZEWSKI, Ana Claudia Vieira de Oliveira. **O trabalho da pessoa portadora de deficiência.** São Paulo: LTr, 2005.
5. CLEMENTE, Carlos Aparício. **Trabalho e inclusão social de portadores de deficiência.** Osasco: Gráfica e Editora Peres, 2003.
6. _____. **Trabalhando com a diferença: responsabilidade social, inclusão de portadores de deficiência.** Osasco, SP: Espaço da Cidadania, 2004.
7. RIBEIRO, M. L. S. BAUMEL, R. C. R. de C. Org. **Educação Especial: do querer ao fazer.** São Paulo: Avercamp, 1999.
8. RIBEIRO, Valéria Cristina Gomes. **O direito à inclusão social das pessoas portadoras de deficiência: um caminho para o exercício da cidadania.** Brasília, 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2546>>. Acesso em: 12 mar. 2012.
9. SACRISTAN, J. G. **Educar e Conviver na Cultura Global: As exigências da Cidadania.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
10. SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

POLÍTICAS DE NACIONALIZAÇÃO NAS ESCOLAS DE IMIGRANTES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA REPÚBLICA

Rosiane Moraes Dos Santos²⁵
Márcia Helena Siervi Manso²⁶

RESUMO

Este texto tem como objetivo primordial, analisar as políticas públicas que impulsionaram a campanha de nacionalização do ensino no Estado do Espírito Santo a partir da década de 30. Inicialmente é traçada uma linha cronológica da chegada dos imigrantes e a criação dos respectivos núcleos de colonização que posteriormente tornaram muitas das cidades existentes atualmente no Estado. Também são discutidos os motivos que tornaram a imigração européia tão forte no Brasil. Com o fim da primeira república e início do Estado-Novo, liderado por Getúlio Vargas, algumas mudanças aconteceram no âmbito nacional. Dentre elas destacamos as políticas voltadas ao fortalecimento da identidade brasileira que teve como cenário as escolas, principalmente aquelas que eram frequentadas ou dirigidas por imigrantes europeus ou descendentes dos mesmos. Tais políticas geraram o movimento que se tornou-se conhecido como: Política de Nacionalização do Ensino. Este movimento no Estado do Espírito Santo foi liderado pelo então secretário da Educação e Saúde, professor Fernando Duarte Rabelo.

Palavras chave: Educação. Nacionalização. História da Educação.

ABSTRACT

This paper has as main objective to analyze public policies that promoted the nationalization campaign of education in the State of the Holy Spirit from the 30s. Initially it is a timeline tracing the arrival of immigrants and the creation of their nuclei which later became colonized many of the cities currently on the state. Also discussed are the reasons that European immigration became so strong in Brazil. With the end of the first republic and the beginning of the New State, led by Getúlio Vargas, some changes took place at the national level. Among them we highlight policies aimed at strengthening the Brazilian identity that took place at schools, especially those who attended or were run by European immigrants or descendants of them. Such policies have led the movement that became known as: Nationalization of Education Policy. This movement in the State of the Holy Spirit was led by then Secretary of Education and Health, Professor Fernando Duarte Rabelo.

Keywords: Education. Nationalization. History of Education.

²⁵ Graduada em Matemática e Pós-graduanda em Ensino de Educação Básica/CEUNES/UFES

²⁶ Doutora em Educação e Professora do CEUNES/UFES

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo examinaremos historicamente o processo de nacionalização nas escolas de imigrantes ocorrido no Estado do Espírito Santo, logo após uma forte imigração europeia basicamente de italianos, alemães e poloneses. O Estado do Espírito Santo, bem como todo o Brasil, passou a adotar medidas que impedissem os estrangeiros que aqui se estabeleciam de continuar vivendo nos mesmos moldes da pátria mãe, ou seja, modelos de vida social e cultural.

Antes de adentrarmos as questões políticas que impulsionaram todo este processo de nacionalização, é necessário conhecermos um pouco da história da imigração europeia no Espírito Santo.

2 HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO ESTADO

Os primeiros imigrantes a chegarem ao Estado do Espírito Santo foram os Açorianos em 1812, vindos do arquipélago dos Açores. Estes se estabeleceram às margens do rio Santo Agostinho, a cerca de dezoito quilômetros de Vitória. Criava-se oficialmente a colônia de Santo Agostinho. Eram trinta casais, assentados em lotes de trinta hectares. Essa colônia recebeu posteriormente o nome de Viana (atualmente uma das cidades da Grande Vitória) em homenagem ao intendente general da polícia, Paulo Fernandes Viana, responsável pela introdução dos açorianos no Brasil (HEES, 2003).

O maior fluxo migratório ocorreu na segunda metade do século XIX, período em que o Governo brasileiro enfrentava problemas com a mão-de-obra destinada à lavoura de café. Nesta mesma época a Europa estava passando por sérios problemas econômicos, conflitos internos, questões políticas e perseguições.

O café era o principal produto de exportação do Brasil, que dependia de mão-de-obra escrava. Com a abolição do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queiroz), que ocorreu em 1850 e a aprovação de leis que gradativamente apontavam para a extinção da escravidão, como a Lei do Sexagenário, de 1885 (tornava livre todos os escravos acima de 65 anos), Lei do Ventre Livre, de 1871 (garantia a liberdade a todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data), houve um considerado aumento no preço do escravo, o que acabou se tornado um sério problema tanto para os grande produtores de café e latifundiários quanto para o governo imperial.

O governo brasileiro encontra na promoção da emigração europeia uma das soluções para resolver a questão da mão-de-obra. Mas é claro que este não foi o único motivo que levou o Brasil a abrir as portas para receber imigrantes europeus. Outro motivo que impulsionou a emigração europeia, foi a política de embranquecimento.

Segundo Regina Hees:

[...] na Europa no século XIX, predominavam teorias racistas que imputavam aos negros escravos e aos asiáticos uma pecha de inferioridade em relação aos europeus. Essas teorias tiveram grande penetração no Brasil. A elite econômica e intelectual do país creditava o atraso em que se encontrava a

nação ao fato de a maioria dos seus habitantes ser negra ou miscigenada (HEES, 2003. p.77).

Entre abril de 1869 a maio de 1870, o conde de Gobineau chefiou a delegação diplomática da França no Brasil. Com suas concepções sobre a discriminação racial, Gobineau influenciou muito a sociedade brasileira daquela época e também as gerações futuras. Entre as teses racistas de Gobineau sobre a mestiçagem no Brasil, estava a de que esta estaria fadada a debilitar a raça, logo, os brasileiros condenados a desaparecerem (READERS, GEORGES 1988).

Sendo o Brasil um país com um extenso território, a vinda dos imigrantes europeus, serviu também a uma necessidade política do Estado que era de preencher vazios demográficos e fomentar a produção de gêneros alimentícios.

No Estado do Espírito Santo como em todo o país, verificava-se uma má distribuição da população, existindo várias extensões de terra praticamente desabitada, principalmente nas regiões montanhosas. Portanto, a imigração italiana, germânica, polonesa, entre outras, teve como objetivo primordial, no Espírito Santo, a colonização e o povoamento do grande vazio demográfico que era o seu território no século XIX.

Por esses motivos, no Espírito Santo e em todo o território nacional, a imigração foi fortemente européia, restringindo basicamente de italianos, alemães e poloneses.

A colonização no Estado do Espírito Santo se deu com a criação de quatro importantes colônias. A primeira colônia européia é criada no estado em 1847, com a chegada de 163 alemães da Renânia: católicos, luteranos e alguns calvinistas. Esta recebe o nome de Colônia Imperial de Santa Isabel (atualmente município de Domingos Martins), localizada às margens do rio Jucu. Em 1855 é fundada a segunda colônia, conhecida na época por Associação Colonial do Rio Novo, empreendimento particular do Major Caetano da Silva. Esta em 1861 foi encampada pelo governo. Atualmente é conhecida como cidade Rio Novo do Sul.

A Colônia Imperial de Santa Leopoldina, situada às margens do rio Santa Maria de Vitória é criada a partir de 1875 com a chegada de mais de 222 imigrantes, constituídos por alemães e luxemburgueses. Não demorou muito tempo para que a Colônia de Santa Leopoldina se configurasse uma das mais prosperas do Brasil Imperial. E em 1876 é fundada a Colônia de Castelo (NAGAR, 1995).

Portanto, a colonização no estado do Espírito Santo durante o império se deu com a iniciativa pioneira da Colônia de Santo Agostinho, no início do século, e com a criação das quatro colônias citadas anteriormente.

Com a Proclamação da República, o Estado teve maior autonomia para demarcar novos núcleos de colonização. Neste momento, o norte do estado é contemplado através dos núcleos de colonização, fundados às margens do rio Cricaré nas fazendas de São Mateus, como as Colônias de Santa Leocádia (1888) hoje, também conhecida como km 28 e Nova Venécia (1892).

Os italianos durante o período de 1874 a 1895 predominavam entre os imigrantes no Estado do Espírito Santo. A partir de então as entradas²⁷ são esporádicas. O fator determinante para a redução do fluxo de entrada, não só de italianos, mas de outros imigrantes, foi a crise financeira no início do século XX, com a queda do preço do café, que como já dissemos anteriormente, era a base da economia brasileira.

O Espírito Santo recebeu na virada do século XIX para o XX, 34.500 imigrantes, a maioria absoluta formada por italianos e alemães (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL ONLINE).

3 PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO

Com a revolução de 1930, uma nova ordem política entra em vigor no país liderada por Getúlio Vargas. Muitas mudanças são feitas, inclusive na direção dos governos de estados. No Espírito Santo, o então presidente Aristeu Borges de Aguiar²⁸ é deposto do cargo, assumindo então o tenente João Punaro Bley²⁹, nomeado por Getúlio Vargas. Este governou o Espírito Santo por doze anos, de novembro de 1930 a janeiro de 1943.

É durante o governo de João Punaro Bley, que o movimento de nacionalização torna-se uma política direcionada às escolas de imigrantes, principalmente nas colônias alemãs. Esta campanha foi realizada pelo então secretário da Educação e Saúde, professor Fernando Duarte Rabelo.

A campanha de nacionalização foi motivada pelo grande número de escolas, existente na zona rural destinada a descendente de imigrantes italianos e alemães, que tinham à frente professores religiosos e estrangeiros.

Nestas escolas um traço quase que unânime, era que os professores lecionavam em seus idiomas de origem e o currículo adotado dava ênfase à história, à geografia e à cultura destes países. O fato de o Brasil ter aderido à guerra ao lado dos aliados, contra a Itália e Alemanha, fez com que o movimento ganhasse força em favor da nacionalização do ensino no Estado. Com a eclosão das grandes guerras no século XX, estas escolas, foram acusadas de promover a desnacionalização da infância. Assim, medidas governamentais, traduzidas em leis e intervenções passaram a exigir o ensino em língua nacional e a formação cívica e patriótica dos alunos (SOARES, 1997).

Os imigrantes foram bons para colonizar e embranquecer a população vigente, mas representavam um perigo à nacionalidade, devido ao seu apego à cultura de origem. Os políticos e intelectuais consideravam que era preciso “abrasileirá-los, o que se faria por meio do ensino fundamental cujos conteúdos os instruíam não apenas para o uso do

²⁷ Chegada de imigrantes europeus no Estado do Espírito Santo.

²⁸ Governou o Estado do Espírito Santo no período de 1928 a 1930.

²⁹ Governou o Estado com três mandatos consecutivos. De 1930 a 1935, Bley assumiu o governo do estado como interventor federal; de 1935 a 1937 como governador constitucional; e de 1937 a 1943 como interventor federal novamente. Bley visou na educação, a nacionalização do ensino em localidades de língua estrangeira.

idioma português, como também para o culto dos valores cívicos da nação a quem passariam a servir” (BREPOHL DE MAGALHÃES, 1993, p. 47).

Segundo Lúcio Kreutz:

[...] o principal impacto da nacionalização foi o ensino, orientado para uma assimilação compulsória dos imigrantes e seus descendentes para a integração com os valores político - culturais da nação, a partir de abril de 1938. Para isto, houve uma série de decretos estaduais e federais disciplinando a licença de professores, o material didático a ser usado, o idioma nacional obrigatório para a instrução. A nacionalização do ensino significou um esforço do governo para a formação de uma consciência nacional entre o cidadão de núcleos etnicamente homogêneos, preservando o uso obrigatório do português e a intensificação do ensino de história e da geografia brasileira. (Ob.cit. p. 45)

A preocupação com a nacionalização do ensino já era uma preocupação do governo desde que foram assentadas as primeiras levas de imigrantes no Espírito Santo, todavia, nada ainda tinha sido feito de fato. No período da primeira república, o professor Fernando Duarte Rabelo, havia sido inspetor escolar, isso na década de 1920. Em um de seus relatórios, fez uma explanação do que denominou de desnacionalização realizada pelas escolas frequentadas por imigrantes:

Escolas estrangeiras funcionam no território pátrio com o fim único de ensinar aos filhos dos colonos a língua, a geografia e a história de seus respectivos países, porque sabem os seus professores que tais conhecimentos constituem os mais fortes vínculos do cidadão para com a pátria. Zonas encontrei eu em minha viagem onde a língua dominante é, ora a italiana, ora a alemã, não sabendo as crianças nascidas sob o céu do Brasil uma palavra sequer do português. Visitando a escola alemã do lugar denominado “25 de julho”, no município de Santa Tereza, tive mais uma oportunidade de assistir a um desses espetáculos que muito me impressionaram. Dos dezenove alunos presente, apenas uns quatro se exprimiam em português. Os restantes, ao serem por mim argüidos fixaram-me olhares interrogadores por não me compreenderem. O livro usado em classe era escrito em língua alemã. Diante dessa irregularidade, achei de bom alvitre intimar o respectivo professor a fazer o ensino da língua pátria. Essa escola, entretanto, é subvencionada pelo município de Santa Tereza, o que é simplesmente ridículo e impatriótico. A disposição que prescreve aos colégios particulares e ensino obrigatório da língua portuguesa encontra nas escolas estrangeiras o seu ludíbrio e ineficácia (Oliveira. Op. Cit., p.439).

Esse quadro só fez se aprofundar, até pelo descaso histórico das autoridades para com os imigrantes. O Estado Novo, com a justificativa de conter o integralismo e romper o isolamento dos imigrantes no Brasil, investiu contra esse tipo de organização escolar. No governo de Bley é estabelecida a obrigatoriedade da educação pública em todas as regiões capixabas, com o objetivo de acabar com as diferenças de ensino entre escolas capixabas e os colégios estrangeiros.

Percebe-se que este governo estava muito preocupado com a nacionalização do ensino, em especial às escolas particulares que se espalhavam no interior do Estado. Em 4 de abril de 1938, o Governo aprova o Código de Ensino, através do Decreto nº 9.225, que padroniza o ensino nas escolas do estado.

No artigo 2º do Decreto dizia:

Só os brasileiros natos ou naturalizados que hajam prestado serviço militar no Brasil com os requisitos de idoneidade moral, intelectual profissional ou técnica, a juízo do Departamento de Educação, poderão ministrar no território do Estado o ensino pré-primário, o primário e o complementar ou dirigir estabelecimento particular de ensino (SOARES, 1997, p. 70).

A política adotada no processo de nacionalização do ensino, constituiu-se um exemplo de democracia autoritária, pois esta visava a atingir muito mais que a questão político-ideológica e social. O projeto de lei, orientado pelo secretário de Educação e Saúde Fernando Duarte Rabelo, tornava obrigatório a todo estabelecimento de ensino registrado:

- a) O ensino obrigatório na língua vernácula da história pátria, da geografia, da instrução moral e cívica, da educação física e dos trabalhos manuais;
- b) Ministrar exclusivamente na língua vernácula o ensino pré-primário, o primário e o complementar;
- c) Só adotar livros aprovados pelo Departamento de Educação;
- d) Manter constantemente nas salas e auditórios, em lugar de destaque, a bandeira nacional e realizar semanalmente uma manifestação cívica a esse símbolo da pátria, com a presença de alunos e professores;
- e) Realizar uma vez mensalmente uma manifestação em que se cuide de manter o espírito de brasilidade e de unidade de uma Pátria Nova e Forte, bem como o sentimento pan-americanista de confraternização dos povos americanos (SOARES, 1997, p. 70).

O governo entendia que através da reverência de símbolos cívicos como a bandeira e o hino nacional, era possível inculcar na mente de cada futuro cidadão uma memória nacional capaz de disciplinar os indivíduos.

O Decreto-Lei nº 9.255/38 também proibia a qualquer estabelecimento de ensino, de receber, direta ou indiretamente, quaisquer contribuições para a sua manutenção a título de subvenção, auxílios ou donativos, isto é de:

[...] instituições ou de governos estrangeiros; instituições ou de organizações estrangeiras com sede no Brasil e associações ou entidades que professem ideologias contrárias ao regime ora instituído, quer tenham sede no país ou fora dele (*Ib.*, p. 70).

Por tanto, toda subvenção, auxílios ou donativos, só poderiam ser aceitos pelas escolas, após prévia audiência e parecer opinativo do Departamento de Educação.

Em 4 de novembro de 1938, é publicado o decreto-lei 9.268, que transformou professores auxiliares do ensino rural em profissionais pertencentes a uma “classe especial” da sociedade.

Segundo Soares (1997, p. 74), Rabelo, ainda em 1938, “ampliou o Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema e fortaleceu as atividades de escoteiro e bandeirantismo idealizadas por Vargas”. As resoluções nº 618 e 656, publicadas em 13 e 20 de maio do

mesmo ano, dividiram o Estado em dez inspetorias para fiscalizar o ensino nas regiões e instalou a obrigatoriedade de se cantar o hino nacional.

De acordo com Schayder (2002, p.100), “devido à lei de nacionalização do ensino, 11 escolas, no final da década, sofreram intervenções e foram fechadas por ordem do governador, afastando do cargo professores considerados agentes nazistas infiltrados”.

Durante todo o processo de nacionalização, podemos citar que as escolas que mais sofreram com a intervenção do estado, foram aquelas mantidas pelos alemães. Os alemães receberam um tratamento mais severo. O fato de não professarem a religião católica agravou a situação. Muitos pastores foram presos e escolas muitas vezes fechadas. No entanto, com as colônias italianas, houve uma tolerância maior, talvez por professarem a religião oficial do Brasil, e por ser o italiano uma língua latina, mais próxima, portanto, do português. Esses fatores facilitaram o entrosamento e mesmo a fusão cultural entre brasileiros e descendentes de italianos. Já na década de 1940, no Colégio do Carmo (situado no Cento de Vitória) a diretora foi exonerada por ser de nacionalidade italiana.

Ainda que a nacionalização tenha sido ressaltada no Estado Novo, mediante as políticas de Vargas, ela foi sendo gradativamente construída ao longo do século XX. Os núcleos de imigrantes alemães, certamente foram os que mais sentiram os efeitos do processo de nacionalização e também os que apresentaram maior resistência, que se manifestaram pela manutenção da língua (nas comunicações familiares), mesmo com a nacionalização do ensino e lutaram para preservar os nomes em alemão.

A verdade é que com a intervenção do governo, mediante aos decretos de leis por ele emitidos, muitas famílias também se calaram, mas não abandonaram a língua de origem do grupo. Nas escolas, só se falava e aprendia em português, mas em casa, os pais continuavam a comunicar-se com os filhos e parentes na língua de seus antepassados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram destacados dois momentos vividos pela sociedade brasileira. Primeiramente, ainda no Brasil Império, quando o Brasil enfrentou problemas financeiros, devido o encarecimento da mão-de-obra escrava, o que impulsionou as políticas que abriram as portas para a imigração europeia no Estado. Estes imigrantes mantiveram em seu novo lar, a mesma cultura, tradição, religião, língua e costumes. No segundo momento, numa política do Estado-Novo, vemos como estes mesmos imigrantes sofreram restrições e perseguições.

Getúlio Vargas quis promover com a nacionalização do ensino a integração dos imigrantes europeus e seus descendentes com os valores culturais e políticos próprios da nação. Pensou em acabar com o regionalismo, com isso o governo centralizou em suas mãos todas as decisões cabíveis em torno da educação pública. Todos os projetos, Decretos de Leis sancionados no Estado, em prol da nacionalização, mudaram não só a vida escolar, mas de todas as comunidades étnicas da época o que acabou influenciando até aos nossos dias. Foram momentos difíceis para aqueles que aqui chegaram, que

sonhavam com a liberdade numa terra tão próspera. Proibir o uso do idioma materno, afastar professores de sua função educacional, impor tantas restrições a esta modalidade de ensino, tudo isto para tentar acabar com os laços que estes grupos étnicos ainda mantinham com a sua pátria materna.

Todo o processo de nacionalização no Estado serviu sim, para a formação de uma consciência homogênea, pena que este mesmo processo acabou com uma prática escolar cuja base de organização se articulava entre escola, família e a igreja.

REFERÊNCIAS

1. ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL ONLINE *www.ape.es.gov.br/*
2. BREPOHL DE MAGALHÃES, M.D. **Alemanha, mãe pátria distante**; utopia pangermanista no sul do Brasil. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, 1993
3. COSTA, Maria Cilda ET AL. **Correntes imigratórias no Espírito Santo**: italianos, alemães e libaneses – uma visão didática para o ensino fundamental. Vitória: Edufes, 2000.
4. FRANCO, Sebastião Pimentel. **A formação da consciência nacional**: a ação do estado e os intelectuais. In: *Revistas de História*. Vitória: Edufes, nº 07, 1998
5. HEES, Regina Rodrigues.; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.
6. KREUTZ, Lúcio. **A escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino**. In: MULLER, Telmo Lauro (org.) *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
7. NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana**. (janeiro de 1895): relato do cavalheiro Carlo Nagar, Cônsul italiano em Vitória. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995.
8. NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santos, s/d.
9. OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Fundação Cultural do Espírito Santo, Vitória, 1975.
10. RABELO, Fernando Duarte. **O problema da nacionalização de ensino do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa oficial, 1939
11. READERS, Georges. **O Inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

12. SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada** - 1535-2002. Campinas: Companhia da Escola, 2002.
13. SEYFERTH, Giralda. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. In:Repensando o Estado Novo.Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.
14. SOARES, Renato Viana. **Spini in fiore**: a nacionalização das escolas de imigrantes no Espírito Santo, na era de Vargas. Vitória: Darwin, 1997.

Mundo Acadêmico

Apresentação

A revista Mundo Acadêmico publica trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos, nas áreas ligadas aos cursos oferecidos de graduação, desde que atenda aos objetivos da Instituição. Admite-se, de preferência, autor pertencente à Faculdade, sem limitar, contudo, as contribuições e intercâmbios externos, julgados pelo Conselho Editorial, de valor para a Revista e, sobretudo, para a sociedade brasileira.

Normas de Publicação

Os originais entregues para publicação deverão ser assinados pelo autor e seguir as seguintes normas:

1 Texto

- 1.1 Os trabalhos devem ser inéditos e submetidos ao Conselho Editorial, para a avaliação e revista de pelo menos, dois de seus membros, cabendo-lhe o direito de publicá-lo ou não;
- 1.2 O texto deve ser apresentado em formato A4 (210x297mm);
- 1.3 Os trabalhos e artigos não devem ultrapassar o total de vinte laudas, em espaçamento normal; resumos de dissertação e monografia, duas laudas e resenhas e/ou relatos, não devem ultrapassar quatro laudas;
- 1.4 O texto deve ser entregue em CD e impresso, sendo composto no editor de texto Word for Windows, com fonte Time New Roman 12;
- 1.5 O trabalho deve apresentar obrigatoriamente:
 - Título;
 - Nome(s) do(s) autor(es)
 - Breve currículo do(s) autor(es), enfocando as atividades mais condizentes com o tema trabalhado;
 - Introdução;
 - Corpo do trabalho;
 - Resultado e/ou conclusões;
 - Referências bibliográficas.

2 Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas deverão ser listadas imediatamente após texto, em ordem alfabética, obedecendo Normas Técnicas.

3 Citações

Qualquer citação no texto deverá ter obrigatoriamente identificação completa da fonte, acrescida da (s) página (s) de onde foi retirada a citação.

Pede-se aos autores

- Seguir rigorosamente o Manual de Normas Técnicas da UNISAM, que se encontra a disposição de todos na Biblioteca e na intranet do site da Instituição;
- Linguagem condizente como produção científica, evitando abreviações, jargões e neologismos desnecessários;
- Objetividade quanto à construção do título do artigo;
- Apresentação do significado de cada sigla que conta do texto na primeira vez em que ocorre.

Considerações Finais

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e o Conselho de Editoração não se responsabilizará pelas opiniões expressadas nos artigos assinados.